

**CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS/PA****DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)****I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes aos cargos para o concurso público de Provas e Títulos destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da Câmara Municipal de Parauapebas e formação de cadastro de reserva, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no EDITAL Nº 01, DE 8 DE AGOSTO DE 2022.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
355002348	Adriano Alves De Araujo	Agente de Polícia Legislativa
355009123	Adriela Ramos De Matos	Agente de Polícia Legislativa
355001290	Airton Da Silva Sousa	Agente de Polícia Legislativa
355014934	Alexsandro Rodrigues Amaral	Agente de Polícia Legislativa
355007917	Aline Sales Da Silva	Agente de Polícia Legislativa
355012044	Alipio Da Silva Matias	Agente de Polícia Legislativa
355015369	Allan Cássio Pereira Baia De Almeida	Agente de Polícia Legislativa
355002905	Alvaro Patrick Freitas Janaú	Agente de Polícia Legislativa
355010790	Ana Camila Diniz Serrão	Agente de Polícia Legislativa
355003659	Andreilton De Almeida Veras	Agente de Polícia Legislativa
355010526	Andresa Suelem Da Silva Dos Santos	Agente de Polícia Legislativa
355015163	Ane Franciele Ferreira Gomes Attrot	Agente de Polícia Legislativa
355002450	Antonio Nilton Sousa Matos	Agente de Polícia Legislativa
355002214	Arthur Dias Duarte	Agente de Polícia Legislativa
355010286	Benditi Assunção Marinho	Agente de Polícia Legislativa
355003155	Brenda Tavares Santos	Agente de Polícia Legislativa
355010822	Bruno Farias Costa Veras	Agente de Polícia Legislativa
355003339	Camila Bandeira De Oliveira Meneses	Agente de Polícia Legislativa
355013821	Camila Barros Neves	Agente de Polícia Legislativa
355003628	Carlos Henrique Almeida Ferreira	Agente de Polícia Legislativa
355002010	Chrystyan Wyllians Goes Silva	Agente de Polícia Legislativa
355008412	Cicero Santiago Castro Costa	Agente de Polícia Legislativa
355008942	Claudio Henrique Carneiro Dos Santos	Agente de Polícia Legislativa
355003194	Cleiane Ferreira Do Carmo Santos	Agente de Polícia Legislativa
355003098	Daiana Alves Da Silva	Agente de Polícia Legislativa
355011027	Darlison Da Silva Souza	Agente de Polícia Legislativa
355016378	Defferson Guibbyson Dos Santos Alves	Agente de Polícia Legislativa
355000526	Diêmisson Olizom Da Conceição	Agente de Polícia Legislativa
355003398	Diogo De Castro Alcantara	Agente de Polícia Legislativa
355008972	Ditimara Costa Da Silva	Agente de Polícia Legislativa

355014027	Domingos Do Rosário Gomes Cunha	Agente de Polícia Legislativa
355002910	Douglas Barros Neves	Agente de Polícia Legislativa
355000088	Elivelton Dos Santos Oliveira	Agente de Polícia Legislativa
355010773	Elton Luciano Correa Ribeiro	Agente de Polícia Legislativa
355009315	Erineudo Oliveira	Agente de Polícia Legislativa
355006728	Estanislau Moraes De Melo	Agente de Polícia Legislativa
355014801	Fabício Maciel Coqueiro	Agente de Polícia Legislativa
355004399	Felix Silva Barbosa	Agente de Polícia Legislativa
355014565	Flaviana Milanio Kelles	Agente de Polícia Legislativa
355000434	Flavio Henrique Portela Sena	Agente de Polícia Legislativa
355001252	Flavio Martins Gomes Junior	Agente de Polícia Legislativa
355001252	Flavio Martins Gomes Junior	Agente de Polícia Legislativa
355009756	Francely Ferreira Pavão Gama	Agente de Polícia Legislativa
355014841	Francisco Junior Pereira Dos Santos	Agente de Polícia Legislativa
355005933	Francisco Silva Carvalho	Agente de Polícia Legislativa
355008423	Gabriel Dos Reis Antunes	Agente de Polícia Legislativa
355009108	Gabriel Rocha De Oliveira	Agente de Polícia Legislativa
355014507	Gustavo Huhn Bastos	Agente de Polícia Legislativa
355016843	Hudson Leite Da Silva	Agente de Polícia Legislativa
355008118	Ielksy Frazão Malato	Agente de Polícia Legislativa
355007747	Isaac Silva Leite	Agente de Polícia Legislativa
355012376	Isac Castro Dos Santos	Agente de Polícia Legislativa
355000978	Jaciana Lima De Araujo	Agente de Polícia Legislativa
355014676	Jalesmar Bazan Vieira Do Prado	Agente de Polícia Legislativa
355015941	Jean Oliveira Moraes	Agente de Polícia Legislativa
355011891	Jeymison Rafael Brito De Castro	Agente de Polícia Legislativa
355016850	Jhonathan Rodrigues Dos Santos	Agente de Polícia Legislativa
355005944	Jislayne Viana Do Nascimento	Agente de Polícia Legislativa
355014151	Joabe Da Silva Costa	Agente de Polícia Legislativa
355000848	João Lucas De Brito Dos Santos	Agente de Polícia Legislativa
355014892	João Vitor Dos Santos Moreira	Agente de Polícia Legislativa
355003996	Jonatas Augusto Pereira Kuribayashi	Agente de Polícia Legislativa
355009543	Jonatas Da Silva Silva	Agente de Polícia Legislativa
355012042	Jonathan Benathar De Oliveira Sousa	Agente de Polícia Legislativa
355008388	Jonildo Sousa Oliveira	Agente de Polícia Legislativa
355005225	Jose Bernardo Da Costa Neto	Agente de Polícia Legislativa
355013717	José Carlos Furtado Durans	Agente de Polícia Legislativa
355011645	José Ivanildo Da Costa Navegantes Junior	Agente de Polícia Legislativa
355014644	José Milton Pereira Sousa	Agente de Polícia Legislativa
355012868	Jose Valber Ferreira	Agente de Polícia Legislativa
355003528	Julio Cesar Braga Guimarães Da Silva	Agente de Polícia Legislativa
355013154	Kesia Rodrigues Lima	Agente de Polícia Legislativa
355017386	Laercio Santos Do Nascimento	Agente de Polícia Legislativa
355006891	Larisse Mendes Lago	Agente de Polícia Legislativa
355002352	Leandro Do Nascimento Pereira	Agente de Polícia Legislativa
355006901	Leonardo Da Cruz Nunes	Agente de Polícia Legislativa
355007348	Lourival Alves Ferreira Costa	Agente de Polícia Legislativa
355000254	Lucas Cunha Veras	Agente de Polícia Legislativa

355000617	Lucas De Assis Anaissi Melo	Agente de Polícia Legislativa
355015139	Luciana Rosa Da Silva	Agente de Polícia Legislativa
355006289	Luiz Valdeon Costa Junior	Agente de Polícia Legislativa
355007283	Manaciel Da Vera Rodrigues	Agente de Polícia Legislativa
355011576	Marcella Reis Souza	Agente de Polícia Legislativa
355004138	Marcelo Braga Fernandes	Agente de Polícia Legislativa
355016748	Marcia Ferreira Dos Santos	Agente de Polícia Legislativa
355006617	Marcia Souto Da Silva	Agente de Polícia Legislativa
355014120	Marcio Correa Dos Santos	Agente de Polícia Legislativa
355014120	Marcio Correa Dos Santos	Agente de Polícia Legislativa
355004158	Marcos Antonio Moreira Da Silva	Agente de Polícia Legislativa
355009328	Marcos Resende Rodrigues	Agente de Polícia Legislativa
355010708	Maria Da Conceição Costa Soares	Agente de Polícia Legislativa
355015905	Maria Virlene Silva Alencar	Agente de Polícia Legislativa
355007105	Matheus Dos Anjos Amoury	Agente de Polícia Legislativa
355004242	Max Marques Moura	Agente de Polícia Legislativa
355006782	Maylla Josefina Costa Pinheiro	Agente de Polícia Legislativa
355001230	Morgana Sampaio Sousa	Agente de Polícia Legislativa
355002256	Natan Andrade Evangelista	Agente de Polícia Legislativa
355009140	Natasha Janini Santos Miranda	Agente de Polícia Legislativa
355002125	Nelba Silva Saraiva	Agente de Polícia Legislativa
355014050	Osilanne Silva Duarte Ribeiro	Agente de Polícia Legislativa
355001823	Pablo Fernando Francisco Reis	Agente de Polícia Legislativa
355008613	Patricia Pereira Da Silva Almeida	Agente de Polícia Legislativa
355011239	Patrick Luan Fernandes De Moraes	Agente de Polícia Legislativa
355004687	Patrick Souza Pereira	Agente de Polícia Legislativa
355010252	Paulo Afonso Cordeiro De Oliveira	Agente de Polícia Legislativa
355010940	Paulo Andre Lima De Souza	Agente de Polícia Legislativa
355016126	Pedro Irlando Ripardo Costa	Agente de Polícia Legislativa
355017597	Pollyanna Alves Barbosa	Agente de Polícia Legislativa
355013199	Rafael Pinheiro Cardoso	Agente de Polícia Legislativa
355003412	Rafael Prazeres De Sousa	Agente de Polícia Legislativa
355015889	Rafael Santos De Jesus	Agente de Polícia Legislativa
355010117	Raquel Soeiro Matos Moraes	Agente de Polícia Legislativa
355017794	Rayane Rodrigues Vieira	Agente de Polícia Legislativa
355005867	Rebecca Máxima De Souza Lopes	Agente de Polícia Legislativa
355003819	Ricardo Portela Sena	Agente de Polícia Legislativa
355014511	Rivan Rodrigues Dos Santos	Agente de Polícia Legislativa
355015281	Rodrigo Mendes Lima	Agente de Polícia Legislativa
355006138	Rodrigo Quezado Ferreira	Agente de Polícia Legislativa
355000740	Ronald Rodrigues E Silva	Agente de Polícia Legislativa
355015851	Ronaldo Ferreira Araújo Junior	Agente de Polícia Legislativa
355013021	Ronaldo Lima De Sousa	Agente de Polícia Legislativa
355003733	Samantha Bernardo Dos Santos Lima	Agente de Polícia Legislativa
355008238	Samayra Pessoni Stival	Agente de Polícia Legislativa
355002687	Silvana Dos Santos Silva Mota	Agente de Polícia Legislativa
355018182	Siuhesley Sousa Barboza	Agente de Polícia Legislativa
355005533	Sivaldo Lisboa Da Paz	Agente de Polícia Legislativa

355014588	Suzane Rodrigues Bastos Costa	Agente de Polícia Legislativa
355001481	Thiago Monteiro De Araujo	Agente de Polícia Legislativa
355008374	Tiago Da Caridade Miranda	Agente de Polícia Legislativa
355005894	Valentin Lopes Sobrinho	Agente de Polícia Legislativa
355009274	Valéria Miranda Reis	Agente de Polícia Legislativa
355011950	Valmiria Silva	Agente de Polícia Legislativa
355007665	Victor Gabriel Alves De Menezes De Sá	Agente de Polícia Legislativa
355007302	Victor Leal Pimentel	Agente de Polícia Legislativa
355011321	Wagner Dos Santos Silva	Agente de Polícia Legislativa
355002789	Wallas Pinto De Oliveira Araujo	Agente de Polícia Legislativa
355009512	Wanderson Silva Barbosa	Agente de Polícia Legislativa
355007458	Wandeson Vinícius Tavares Da Silva	Agente de Polícia Legislativa
355003359	William Da Silva E Silva	Agente de Polícia Legislativa
355002410	Aldeanderson Lima Da Silva	Analista de Controle Interno
355011556	Alexandre Ferreira Saraiva	Analista de Controle Interno
355009334	Alisson Marques De Oliveira	Analista de Controle Interno
355017299	Anderson Lima Constancio	Analista de Controle Interno
355010882	Annanda Wellen De Farias Gomes	Analista de Controle Interno
355009032	Anne Carolyne Santos De Sousa	Analista de Controle Interno
355007810	Darlen Da Silva Souza	Analista de Controle Interno
355008926	Darlen Leão De Freitas	Analista de Controle Interno
355003242	Dhonny Barbosa Viana	Analista de Controle Interno
355003425	Diogo De Castro Alcantara	Analista de Controle Interno
355014600	Elide Moraes Da Silva	Analista de Controle Interno
355003461	Elton Gilney De Mesquita Silva	Analista de Controle Interno
355008859	Fabio Luiz Baia Barreto Moreira	Analista de Controle Interno
355012193	Gabriela Zibetti	Analista de Controle Interno
355007996	Gideandre Oliveira De Sousa	Analista de Controle Interno
355009672	Gisely Da Conceicao Da Silva Moura	Analista de Controle Interno
355009553	Idaias Pedrosa Silva	Analista de Controle Interno
355014630	Joice De Sousa Porto Barbosa	Analista de Controle Interno
355012548	Josué Leal Moura Dantas	Analista de Controle Interno
355004446	Klebio Vitoriano Costa	Analista de Controle Interno
355017087	Leonardo Da Silva Brito	Analista de Controle Interno
355014121	Marcio Correa Dos Santos	Analista de Controle Interno
355004162	Marcos Antonio Moreira Da Silva	Analista de Controle Interno
355011937	Marcos Caldas Gonçalves	Analista de Controle Interno
355006116	Marcos Felipe Macedo Cardoso	Analista de Controle Interno
355011534	Maria Ilze Da Silva Campos	Analista de Controle Interno
355012220	Maria Isis Da Silva Campos	Analista de Controle Interno
355009061	Neronilton Ribeiro De Sousa	Analista de Controle Interno
355001719	Rafael Araújo Santos	Analista de Controle Interno
355003067	Raquel Barros Paiva	Analista de Controle Interno
355017795	Rayane Rodrigues Vieira	Analista de Controle Interno
355004701	Rodrigo De Aquino Olímpio	Analista de Controle Interno
355012281	Tássia Isabela Pereira Paixão	Analista de Controle Interno
355003427	Valdemir Alencar Da Silva	Analista de Controle Interno
355004961	Vivianne Da Silva Godoi	Analista de Controle Interno

355011418	Wellida Patricia Nunes Machado	Analista de Controle Interno
355016466	Zaira Oliveira Queiroz	Analista de Controle Interno
355006401	Alan Gomes De Oliveira	Analista de Sistemas
355013617	José Marcos Amaral Barbosa	Analista de Sistemas
355000496	Keny Lucas Da Silva Goes	Analista de Sistemas
355011998	Marcelo Santana Camacho	Analista de Sistemas
355004604	Reginaldo Basilio Da Cunha	Analista de Sistemas
355017773	Vagner Vieira Dos Santos	Analista de Sistemas
355005782	Alan Dos Santos Pinheiro	Operador de Som
355008232	Alex Douglas De Oliveira Carvalho	Operador de Som
355004568	Caio Felipe Gomes Da Luz	Operador de Som
355016663	Carlos Eduardo Silva Dourado	Operador de Som
355001577	Danilo Silva Oliveira	Operador de Som
355001810	David Cecim Da Silva Cruz	Operador de Som
355002915	Denilson Florêncio Da Silva	Operador de Som
355016591	Douglas Denes Pereira Abreu	Operador de Som
355001848	Edekazio De Oliveira	Operador de Som
355013449	Elias Monteiro Salazar	Operador de Som
355007059	Eliseu Carvalho Silva	Operador de Som
355002909	Elisney Viana Pereira	Operador de Som
355009577	Emannuel Silva Almeida	Operador de Som
355016278	Emerson Silva De Sousa	Operador de Som
355012075	Fábio Tadeu Araújo Do Couto	Operador de Som
355006112	Felipe Silva Rodrigues De Jesus	Operador de Som
355008724	Fernando Coutinho Dos Santos	Operador de Som
355016260	Fernando Henrique Souza Dias	Operador de Som
355014730	Fernando Queiroz Da Silva	Operador de Som
355010320	Francisco Silva Carvalho	Operador de Som
355013371	Francisco Zenon Ferreira De Araujo Junior	Operador de Som
355014386	Franklyn Kenny Dos Santos Araújo	Operador de Som
355011391	Gabriel Dos Santos Silva	Operador de Som
355016855	Hudson Leite Da Silva	Operador de Som
355014900	João Vitor Dos Santos Moreira	Operador de Som
355010872	Jose Ribamar Barbosa Da Silva Filho	Operador de Som
355013238	Josias Miranda Júnior	Operador de Som
355012646	Kátia Ramos Pereira	Operador de Som
355014807	Marcelo Gozzi Aguiar	Operador de Som
355010939	Marcos André Da Silva Cruz	Operador de Som
355011877	Marcos Wyllke Santos Brandão	Operador de Som
355012945	Mauro Augusto Alves De Oliveira Junior	Operador de Som
355006862	Patricio Raimundo Ferreira Mendonca	Operador de Som
355015381	Pedro Lima Pinheiro	Operador de Som
355003547	Raifran Carvalho Nunes	Operador de Som
355009264	Ricardo Henrique Mendes De Sousa	Operador de Som
355010233	Rodrigo Pereira Do Nascimento	Operador de Som
355001778	Rodrigo Ramos Dos Santos	Operador de Som
355011231	Silas Dos Santos E Sousa	Operador de Som
355012735	Silvio Magno Duarte Silva	Operador de Som

355000087	Waddyson Henrick Da Silva Vieira	Operador de Som
355000045	Wilkson Marley Alves Maranhão	Operador de Som
355016524	Yasmin Da Silva Costa	Operador de Som
355011047	Andreia Monic Viana Dos Santos	Redator Legislativo
355005759	Anne Stephanie Severino De Mendonça Santos	Redator Legislativo
355009570	Henrique Ruy Silva Dos Santos	Redator Legislativo
355012511	Isaac Vinagre De Jesus	Redator Legislativo
355005075	Michelly Soares De Oliveira Matos	Redator Legislativo
355017170	Patricia De Sousa Silva	Redator Legislativo
355015024	Paulo Thiago Mesquita Da Silva	Redator Legislativo
355018285	Priscila Pábula Nunes Chaves	Redator Legislativo
355004586	Welson Dos Santos Lopes	Redator Legislativo
355003637	Adriel Vieira Mendes	Técnico em Tecnologia da Informação
355009755	Alexandre Rodrigues De Oliveira	Técnico em Tecnologia da Informação
355018420	Anilson Silva De Sousa	Técnico em Tecnologia da Informação
355010023	Enimarques Vieira De Oliveira Filho	Técnico em Tecnologia da Informação
355012354	Flavio Rodrigo Neves Almeida	Técnico em Tecnologia da Informação
355007425	Francisco Piedade Caldas	Técnico em Tecnologia da Informação
355002147	Gabriel Nunes Siqueira Vilela	Técnico em Tecnologia da Informação
355002482	Ítalo Gustavo Araújo Miranda	Técnico em Tecnologia da Informação
355004035	Iuri De Araújo Galdino	Técnico em Tecnologia da Informação
355005275	Jose Rodolpher Oliveira De Souza	Técnico em Tecnologia da Informação
355007550	Josué Alves De Sousa	Técnico em Tecnologia da Informação
355000509	Keny Lucas Da Silva Goes	Técnico em Tecnologia da Informação
355000692	Leomir Souza Silva	Técnico em Tecnologia da Informação
355002190	Leonel Silva De Sousa	Técnico em Tecnologia da Informação
355004967	Pablo Gama Barros Da Silva	Técnico em Tecnologia da Informação
355014202	Pedro Lucas De Souza Carneiro	Técnico em Tecnologia da Informação
355008316	Robério Pontes Da Cruz	Técnico em Tecnologia da Informação
355004150	Thiago Felipe Matos de Araújo Xavier	Técnico em Tecnologia da Informação
355011178	Wallace Silva Linhares	Técnico em Tecnologia da Informação

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente de Polícia Legislativa

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	9	2	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Após a leitura do texto, pode-se afirmar que o título “A rainha está morta: e agora?” apresenta um questionamento em referência a um momento específico e demonstra:” a alternativa “D) Proposição de uma discussão acerca de possíveis mudanças (ou permanências), reflexos e consequências decorrentes de um fato sócio-político de grande relevância.” foi adequadamente indicada como correta. O título é a síntese do tema. O título do texto deve sintetizar o que o leitor vai encontrar. O fato sócio-político referido não é “apenas” uma morte, mas a morte de uma monarca, fato relacionado ao contexto sócio-

político. A proposição de uma discussão é evidenciada pelo questionamento de aspecto reflexivo. A alternativa “B) Disposição para fomentar uma discussão acerca da importância da monarquia no século XXI.” não pode ser indicada como correta. Não há questionamento em relação à importância ou não da monarquia, mas sim sobre o que será feito após a morte da rainha “A rainha está morta: e agora?” A alternativa “A) Ironia em relação à atual situação vivida pelo Reino Unido.” não pode ser considerada correta. Ironia é uma figura de linguagem que utiliza palavras com sentido oposto para dar ênfase ao discurso. Como esse recurso estilístico recorre à combinação de ideias e pensamentos, é classificado como uma figura de pensamento. A palavra ironia tem origem grega (euroneia) e significa dissimulação, fingimento. Considerando, pois, as informações anteriores acerca da ironia, pode-se afirmar que não há indicação de ironia no título analisado.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é e como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
2	4	3	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Com sangue, suor, lágrimas, ferro e fogo, decapitações, esquartejamentos, revoluções políticas, religiosas e econômicas, o parlamentarismo monárquico britânico se assegurou e a identidade daquele Reino Unido – não sem algum moderno questionamento separatista ou republicano – se consolidou.” (4o§) Acerca dos sinais de pontuação empregados no trecho destacado a seguir, está correto o que se afirma em: a alternativa “C) I e II apenas.” foi adequadamente indicada como correta. A vírgula é usada para separar palavras ou termos coordenados em um enunciado, indicando que é feita uma enumeração de itens. Veja: “Eu ouço todo tipo de música: MPB, samba, rock, funk, pop...”

Vejam as afirmativas a seguir:

I. A maior parte das vírgulas empregadas demonstram a separação de elementos, termos coordenados, de uma enumeração. Verdadeiro. Já nem todas as vírgulas separam uma enumeração. Em “Com sangue, suor, lágrimas, ferro e fogo, decapitações, esquartejamentos, revoluções políticas, religiosas e econômicas, o parlamentarismo monárquico britânico se assegurou e a identidade daquele Reino Unido [...]” a última vírgula não separa elementos de uma enumeração, a enumeração termina em “econômicas”; portanto a última vírgula separa uma enumeração completa do restante da frase que não se trata de outros elementos de uma enumeração.

II. O trecho separado pelo duplo travessão trata-se de um trecho intercalado ao qual atribui-se ênfase de forma intencional. Verdadeiro. Em “o parlamentarismo monárquico britânico se assegurou e a identidade daquele Reino Unido – não sem algum moderno questionamento separatista ou republicano – se consolidou” o duplo travessão introduz uma informação que quebra uma sequência “Reino Unido se consolidou”, atribuindo-lhe ênfase.

III. Os elementos separados por vírgulas classificam-se como orações coordenadas, independentes umas das outras no enunciado, indicando uma sequência progressiva no contexto apresentado. Falso. Não há oração se não houver verbo. Portanto, não se trata de orações, mas de elementos, termos coordenados.

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	8	6	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “As alternativas a seguir apresentam diferentes possibilidades de reescrita para o trecho “Portanto, não há vácuo de poder na transição dinástica do Rei defunto para o Rei sucessor.”(2o§) Assinale a alternativa que mantém a correção gramatical e semântica do trecho original.” a

alternativa “B) Destarte, pode-se afirmar que não há ocorrência de vácuo de poder na transição dinástica do Rei defunto para o Rei sucessor.” foi adequadamente indicada como correta. Portanto: Indica a conclusão de uma ideia anterior: por conseguinte, logo, consequentemente, por isso, assim sendo, por consequência, em vista disso, à vista disso, sendo assim, desse modo, dessa forma, dessa maneira, isto posto, **destarte**, dessarte, por isto, deste modo, desta forma, desta maneira, então, assim, pois. Exemplo: Estou saindo do trabalho. Você pode, portanto, esperar por mim na portaria. Destarte: É formada pela aglutinação dos vocábulos “desta” + “arte” (desta arte). É um advérbio que transmite a noção semântica de conclusão, estabelecendo uma relação de causa/efeito entre duas orações, ou seja, pode ser sinônimo de: “deste modo”, “desta forma”, “desta maneira”, “assim sendo”. Observe o exemplo: - Responde a moça destarte: Teu pensamento quero eu! (Manuel Bandeira). Dessarte: É formada pela aglutinação de “dessa” + “arte” (dessa arte), ocasionando um termo com o mesmo significado de “destarte”, porém o termo “destarte” é utilizado para introduzir uma ideia nova, ainda não mencionada, enquanto “dessarte” é utilizado para referir algo que já foi mencionado. Observe o exemplo: Ele não treinou, dessarte não foi surpresa a derrota. Apesar da interessante diferença aqui exposta na formação das palavras, é de se registrar que as duas formas são usadas sem distinção na linguagem jurídica, pelos melhores autores. A alternativa “C) Não havendo, portanto, quaisquer possibilidade de vácuo de poder na transição dinástica do Rei defunto para o Rei sucessor.” não pode ser considerada correta. Significado de Quaisquer pronome Usado para nomear ou designar algo ou alguém sem especificação, geralmente nos casos em que não se pretende determinar as coisas e/ou pessoas em questão: quaisquer donativos serão aceitos. Etimologia (origem da palavra quaisquer). Plural de qualquer. Portanto, a falta de concordância entre “possibilidade” (singular) e “quaisquer (plural) torna o trecho incorreto de acordo com a norma padrão da língua.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
4	2	7	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com a estrutura linguística do fragmento “Seria o ‘vida longa ao Rei!’ tão óbvia resposta ou teria o Direito Constitucional esquecido que ainda existem monarquias entre as nações?”, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.” a alternativa “A) V, V, F.” foi adequadamente indicada como correta. O estudo das orações subordinadas adjetivas está profundamente ligado ao emprego dos pronomes relativos. O pronome relativo “que” é chamado relativo universal, pois seu emprego é extremamente amplo. Esse pronome pode ser usado para substituir pessoa ou coisa, que esteja no singular ou no plural. Sintaticamente, o relativo “que” pode desempenhar várias funções: a) Sujeito: Eis os artistas que representarão o nosso país. Substituindo o pronome pelo antecedente, temos: Eis os artistas. Os artistas (= que) representarão o nosso país. Sujeito b) Objeto Direto: Trouxe o documento que você pediu. Substituindo o pronome pelo antecedente, temos: Trouxe o documento Você pediu o documento (= que) Objeto Direto c) Objeto Indireto: Eis o caderno de que preciso. Substituindo o pronome pelo antecedente, temos: Eis o caderno. Preciso do caderno (= de que) Objeto Indireto d) Complemento Nominal: Estas são as informações de que ele tem necessidade. Substituindo o pronome pelo antecedente, temos: Estas são as informações Ele tem necessidade das informações (= de que) Complemento nominal e) Predicativo do Sujeito: Você é o professor que muitos querem ser. Substituindo o pronome pelo antecedente, temos: Você é o professor. Muitos querem ser o professor (= que) Predicativo do Sujeito f) Agente da Passiva: Este é o animal por que fui atacado. Substituindo o pronome pelo antecedente, temos: Este é o animal. Fui atacado pelo animal (= por que). A afirmativa “Pode-se observar a ocorrência de orações independentes coordenadas.” é verdadeira, visto que em “Seria o ‘vida longa ao Rei!’ tão óbvia resposta ou teria o Direito Constitucional esquecido que ainda existem monarquias entre as nações?” a primeira oração: “Seria o ‘vida longa ao Rei!’ tão óbvia resposta” e a segunda: “ou teria o Direito Constitucional esquecido” coordenadas. As orações coordenadas sindéticas alternativas são aquelas que enfatizam uma escolha dentre as opções existentes. Os conectivos que coordenam as orações alternativas são: ou, ou ... ou; ora ... ora; quer ... quer; seja ... seja, etc. Exemplos: Ora gosta de vestidos, ora gosta de sapatos. Fale agora ou cale-se para sempre. Vou falar com ele, quer você queira, quer não. A afirmativa “A relação de sentido

entre as coordenadas apresenta-se de forma explícita por meio do emprego de um conectivo.” é verdadeira. As orações coordenadas sindéticas são caracterizadas pelo período composto ligado através de uma conjunção ou locução coordenativa de forma explícita, é o que ocorre com o emprego da conjunção “ou”. A afirmativa “O pronome relativo “que” tem a função de introduzir a oração subordinada complementar quanto ao sentido em relação à principal.” é falsa, visto que o termo “que” não se trata de pronome relativo já que não substitui termo anterior conforme expresso anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	3	8	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A intencionalidade do enunciador pode se manifestar em um texto por meio de recursos da linguagem os mais variados, o uso do sinal de aspas é um deles. Em “Charles – ‘pela graça de Deus’ ou simplesmente pelo arcabouço constitucional britânico – ascendeu à posição a qual estava predestinado, [...]” (3o§) pode-se afirmar que a expressão sublinhada e entre aspas indica:” a alternativa “C) Expressão que adquire entonação irônica em um contexto específico.” foi adequadamente indicada como correta. As aspas são um sinal de pontuação empregado para destacar palavras ou expressões, como citações, títulos de obra, palavras incomuns do idioma, expressões irônicas, entre outros casos. Elas abrem e fecham os termos, de modo a indicar o início e o fim da expressão destacada. As aspas podem ser duplas ou simples. O ponto-final pode ser empregado dentro ou fora delas, a depender da estrutura do enunciado. A alternativa “D) Expressão de uma citação que fortalece a ideia desenvolvida pelo articulador.” não pode ser considerada correta. Não se trata de uma citação específica, mas de uma expressão de uso em várias situações como seria “bom dia”, “boa noite”, etc.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
6	1	5	2

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando-se os vários empregos da partícula “se”, identifique a indicação correta em relação ao destacado a seguir:” a alternativa “C) “Muito se especula se ele será a ruína da monarquia, [...]” (5o§) / indeterminação do sujeito” não pode ser indicada como correta. A palavra “se”, quando empregada junto a verbos intransitivos ou transitivos indiretos, não exerce qualquer função sintática na oração. A sua forma está sendo empregada tão somente para marcar um sujeito indeterminado. Exemplos:

Morre-se de fome. ...[morrer: verbo intransitivo] ...[se: índice de indeterminação do sujeito = alguém morre]
 Acreditava-se nas palavras do messias. ...[acreditar: verbo transitivo indireto] ...[se: índice de indeterminação do sujeito = alguém acreditava]. O verbo “especular” possui transitividade direta, portanto, o “se” trata-se de partícula apassivadora. O trecho “Com sangue, suor, lágrimas, ferro e fogo, decapitações, esquartejamentos, revoluções políticas, religiosas e econômicas, o parlamentarismo monárquico britânico se assegurou e a identidade daquele Reino Unido – não sem algum moderno questionamento separatista ou republicano – se consolidou.” demonstra que a alternativa “B) “[...] o parlamentarismo monárquico britânico se assegurou [...]” (4o§) / partícula expletiva” não pode ser considerada correta. A omissão do “se” implicaria em prejuízo gramatical já que o verbo transitivo “assegurou” exige um complemento.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	6	1	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Reconhecendo as características textuais apresentadas quanto ao tipo e gênero textual, identifique, a seguir, as que estão de acordo com o texto apresentado.” a alternativa “D) I, III e IV apenas.” foi adequadamente considerada correta. Texto argumentativo é aquele que tem como principais características defender uma ideia, hipótese, teoria ou opinião e o objetivo de convencer o leitor para que acredite nela. Tem uma estrutura bem definida: apresenta sua tese e depois a defende. O item “II. Linguagem predominantemente coloquial.” não pode ser considerado correto. A linguagem coloquial compreende a linguagem informal, popular, que utilizamos frequentemente em situações informais como numa conversa entre amigos, familiares, vizinhos, etc. Quando utilizamos a linguagem coloquial, decerto que não estamos preocupados com as normas gramaticais. Por isso, falamos de maneira rápida, espontânea, descontraída, popular e regional com o intuito de interagir com as pessoas. Dessa forma, é comum usar gírias, estrangeirismos, abreviar e criar palavras, cometer erros de concordância, os quais não estão de acordo com a norma culta. Não é o que ocorre de forma predominante no texto em análise.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é e como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999. COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- O próprio texto.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura.
- GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
8	5	9	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com o texto:”, a alternativa “A) O parlamentarismo monárquico britânico pôde vislumbrar uma real consolidação mediante elementos pertencentes a uma realidade opositora.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com o trecho destacado a seguir: Com sangue, suor, lágrimas, ferro e fogo, decapitações, esquartejamentos, revoluções políticas, religiosas e econômicas, o parlamentarismo monárquico britânico se assegurou e a identidade daquele Reino Unido - não sem algum moderno questionamento separatista ou republicano - se consolidou. A alternativa “B) O protagonismo da figura de Charles III no trono é de fundamental relevância em um cenário de incertezas como o vivenciado após uma pandemia sem precedentes.” não pode ser considerada correta de acordo com o trecho destacado a seguir: “Muito se especula se ele será a ruína da monarquia, essa instituição milenar, que após severos golpes desde o final do século XVIII, entrou em decadência e se cristalizou como forma de governo em pouco mais de 40 países, dos quais um terço agora está sob seu domínio pessoal como chefe de Estado.”

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é e como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	7	4	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Tendo em vista a estrutura linguística apresentada na frase, a expressão destacada em “Seria o ‘vida longa ao Rei!’ tão óbvia resposta [...]” pode ser identificada gramaticalmente como uma expressão:” a alternativa “D) Substantiva.” foi adequadamente indicada como correta. O uso dos artigos gera alguns efeitos no texto além dos mais comuns, o efeito da substantivação: O artigo pode substantivar palavras que pertenceriam originalmente a outras classes gramaticais, como adjetivos ou verbos. Por exemplo: O participar é mais importante do que o ganhar. No enunciado, “participar” e “ganhar” teriam, normalmente, valor de verbo, porém os artigos antes deles os substantivam (fazendo com que “participar” seja sinônimo de “participação”, e “ganhar”, de “vitória”). O castanho dos seus olhos é especial. Agora, “castanho”, que teria valor de adjetivo (em “olhos castanhos”), foi substantivado, passando a ser substantivo no enunciado. Assim, uma expressão inteira foi substantivada ao ser antecedida por um artigo definido. A alternativa “B) Adverbial.” não pode ser considerada correta, pois, não atende às características do advérbio, a saber: modificar o verbo, adjetivo ou outro advérbio.

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	10	10	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Pode-se afirmar que a tirinha anterior apresenta como elemento textual igualmente presente no texto “A rainha está morta: e agora?”, a alternativa “B) Discurso argumentativo cujo objetivo está definido.” foi adequadamente indicada como correta. Texto argumentativo é aquele que tem como principais características defender uma ideia, hipótese, teoria ou opinião e o objetivo de convencer o leitor para que acredite nela. Tem uma estrutura bem definida: apresenta sua tese e depois a defende. A alternativa “A) Discurso paradoxal.” não pode ser considerada correta. O paradoxo ou oxímoro, é uma figura de linguagem, mais precisamente uma figura de pensamento, baseada na contradição. Muitas vezes, o paradoxo pode apresentar uma expressão absurda e aparentemente sem nexos, entretanto, ele expõe uma ideia coerente e fundamentada na verdade. Por isso, o paradoxo é fundamentado na contradição lógica das ideias, como se tivéssemos duas ideias numa frase, e uma está se contrapondo à outra. No entanto, a contraposição dos termos utilizados cria uma ideia lógica. Do latim, o termo paradoxo (paradoxum) é formado pelo prefixo “para” (contrário ou oposto) e o sufixo “doxa” (opinião), que literalmente significa opinião contrária. Esse conceito é também utilizado em outras áreas do conhecimento, tais como: filosofia, psicologia, retórica, linguística, matemática e física. Tais características não podem ser identificadas em nenhum dos textos em análise. A alternativa “C) Narração como estratégia para envolver o interlocutor.” não pode ser considerada correta. Narração ou texto narrativo é o relato feito por alguém de algo, de uma sequência de acontecimentos. Essa sucessão de acontecimentos é chamada de enredo, e considera um período de tempo e de espaço (quando e onde acontece). O narrador relata os acontecimentos vividos pelos personagens. Tais características não podem ser identificadas de igual forma nos dois textos conforme requer o enunciado.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é e como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999. COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	14	15	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão apresenta três afirmativas e afirma que apenas **uma** delas é verdadeira. Deve ser feita a análise de cada uma para que a alternativa correta seja alcançada:

- A afirmativa I não pode ser a única verdadeira, pois a afirmativa II seria falsa e chega-se a uma contradição (Joana leciona análise real e Patrícia leciona análise real)
- A afirmativa II não pode ser a única verdadeira, pois implicaria que as afirmativas I e III são falsas. Desse modo, Joana e Patrícia não lecionam análise real e Mariana leciona estatística, o que seria uma contradição também (alguma professora precisa lecionar análise real)
- Desse modo, a afirmativa III é a única verdadeira. Assim, as afirmativas I e II são falsas. Portanto, Mariana não leciona estatística, Patrícia leciona análise real e Joana não leciona análise real. Consequentemente, Patrícia, Mariana e Joana lecionam, respectivamente, análise real, álgebra linear e estatística.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	15	13	11

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão apresenta duas soluções:

- A urna examinada pode ser a etiquetada como “Amarelas e Roxas”. Se a bolinha for amarela, então a urna etiquetada como “Amarelas” contém as bolinhas misturadas e a urna etiquetada como “Roxas” contém as bolinhas amarelas. Se a bolinha for roxa, então a urna etiquetada como “Roxas” contém as bolinhas misturadas e a urna etiquetada como “Amarelas” contém as bolinhas roxas.
- A urna examinada pode ser a etiquetada como “Amarelas”. Se todas as bolinhas forem retiradas, será de conhecimento o seu rótulo verdadeiro. Como nenhuma etiqueta foi colocada corretamente, os demais rótulos saem por eliminação.

DECISÃO: ANULAR A QUESTÃO.

Fonte:

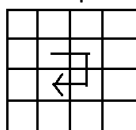
- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	11	12	13

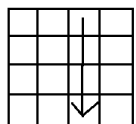
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para a resolução da questão, ao longo das figuras, cada item se movimenta em uma certa sequência.

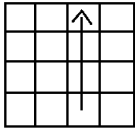
Note que o movimento dos quadrados pintados é:



O movimento da cruz é:



Por fim, o movimento do círculo é:



DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	13	14	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Note que cada termômetro mede uma temperatura em determinada escala (de 10°C a 25°C). Para avaliar a precisão de todos os termômetros, eles devem ser comparados em uma mesma métrica. Assim, note que:

- No termômetro 1, cada 5°C há uma perda de precisão de 0,1°C (9,8°C em 10°C).
- No termômetro 2, cada 5°C há uma perda de precisão de 0,1°C (14,7°C em 15°C).
- No termômetro 3, cada 5°C há uma perda de precisão de 0,15°C (19,4°C em 20°C).
- No termômetro 4, cada 5°C há uma perda de precisão de 0,08°C (24,6°C em 25°C).

Dessa forma, por permitir uma perda menor de precisão, o termômetro 4 é o mais preciso.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	12	11	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sem perda de generalidade, assuma que cada aquário possui 100 peixes. Assim, em cada aquário, tem-se a seguinte configuração:

- Aquário 1: há 25 peixes *Platis* e 75 peixes *Molly* (Razão:1/3)
- Aquário 2: há 60 peixes *Platis* e 40 peixes *Molly* (Razão:3/2)

Assim, ao colocar todos os peixes em um terceiro aquário, tem-se 85 peixes *Platis* e 115 peixes *Molly*. Assim a razão é $85/115 = 17/23$.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	20	19	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito da questão deve ser mantido, pois a afirmação de que na criação da planilha do programa LibreOffice Calc 7.1, informada na referida questão, foi inserida na célula B9 uma fórmula para mostrar a quantidade de comissões criadas a partir do ano de 2016 e que esta fórmula é a =CONT.SE(D4:D7;>="2016") está certa. Segundo o site oficial do LibreOffice, disponível no endereço eletrônico <https://help.libreoffice.org/latest/pt-BR/text/scalc/01/04060181.html?&DbPAR=SHARED&System=UNIX#countif>, acessado em 02/09/2022, "CONT.SE retorna o número de células que atendem a determinados critérios dentro de um intervalo de células. Sintaxe CONT.SE(Intervalo; Critério). Intervalo é o intervalo onde os critérios serão aplicados. Critério: Um critério é uma

referência, número ou texto de uma única célula. É usado em comparações com o conteúdo da célula. Ex: =CONT.SE(A1:A10;">=2006")"

Fonte:

- Site Oficial do LibreOffice, disponível em <https://help.libreoffice.org/latest/pt-BR/text/scalc/01/04060181.html?&DbPAR=SHARED&System=UNIX#countif>, acessado em 02/09/2022

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	17	20	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito da questão deve ser mantido, pois a afirmação de que a definição correta de banco de dados é uma coleção de dados que, tipicamente, descreve as atividades de uma ou mais organizações relacionadas está certa. Segundo o autor Raghu Ramarkrishnan na obra Sistemas de gerenciamento de banco de dados, 3. Ed, Dados eletrônicos. Porto Alegre, AMGH, 2011, p. 3, “banco de dados é uma coleção de dados que, tipicamente, descreve as atividades de uma ou mais organizações relacionadas”.

Fonte:

- Raghu Ramarkrishnan. Sistemas de gerenciamento de banco de dados. 3. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: AMGH, 2011, p. 3.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	18	17	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito da questão deve ser mantido, pois a afirmação de que hacker é aquele indivíduo que utiliza o seu conhecimento para detectar e melhorar falhas e vulnerabilidades de sistemas de informação está certa. Segundo o autor Felipe Nery Rodrigues Machado na obra Segurança da Informação: princípios e controle de ameaças, 1. Ed, São Paulo, Érica, 2014, “hacker é aquele indivíduo que se preocupa em utilizar seu conhecimento para detectar e melhorar falhas e vulnerabilidades de sistemas de informação e redes de computadores”.

Fonte:

- Felipe Nery Rodrigues Machado. Segurança da Informação: princípios e controle de ameaças. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	23	25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a Câmara Municipal de Parauebas/PA tem, de fato, 15 vereadores, todavia, o enunciado da questão traz apenas uma conjectura: partindo-se da hipótese de que a Câmara seja formada por 17 vereadores, analise o quórum de votação para as assertivas apontadas. No caso, para a assertiva “a”, são exigidos votos de 2/3 dos vereadores, conforme art. 39 da LOM, assim, a assertiva é falsa. A assertiva “b” é falsa, pois o presidente somente votará quando houver empate, quando exigido quórum de 2/3 e nas votações secretas, conforme art. 32, § 2º. A assertiva “c” está correta, pois a convocação extraordinária depende da maioria dos membros da Câmara, conforme art. 31, II. A assertiva “d” é falsa, pois, para funcionar, basta a presença de 1/3 de seus membros, conforme art. 32, caput da LOM. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Parauebas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	24	21	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “a” é falsa, pois conceder o título de cidadão honorário é competência privativa da Câmara, conforme art. 13, inciso XVII da LOM. A assertiva “b” é falsa, pois compete à Câmara, dar posse ao vice-prefeito, art. 13, IV. A assertiva “c” é verdadeira, pois o verbo “prescindir” significa “desnecessitar”, “dispensar”, logo, a sustação dos atos pela Câmara independe, desnecessita, dispensa a sanção do prefeito, art. 13, XIII. A assertiva “d” é falsa, pois a alienação de bens depende da sanção do Prefeito, conforme art. 12, X. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Parauebas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	25	22	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “a” é verdadeira, pois a promoção não interrompe o tempo de exercício, art. 23, § 2º e art. 21, § 3º. A assertiva “b” é falsa, pois nos casos de impedimento, o prazo para a posse é o mesmo (30 dias), adiando-se, apenas o seu início, conforme art. 21, § 2º. A assertiva “c” é falsa, pois o prazo para entrar em exercício é de (5 dias), conforme art. 23, § 1º. A assertiva “d” é falsa, pois o percentual previsto na lei é de 3%, ou seja, 3 a cada 100, conforme art. 20, § 1º. do Estatuto dos Servidores Municipais. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Estatuto dos Servidores Município de Parauebas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	22	23	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “a” é falsa, pois a responsabilidade do agente público é subjetiva, isto é, depende da comprovação de sua conduta dolosa ou culposa. A assertiva “b” é verdadeira, pois a absolvição penal se deu por falta de provas e não por prova de negativa de autoria ou negativa do fato. A assertiva “c” é falsa, pois a obrigação de reparar estende-se aos sucessores na proporção da herança. A assertiva “d” é falsa, pois tanto a conduta omissiva quanto comissiva clama a responsabilidade administrativa. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Estatuto dos Servidores Município de Parauebas, arts. 188 a 193.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	21	24	22

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta no que lhe assiste razão, em face da interpretação do termo convivente, em sua construção como estado civil. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Estatuto dos Servidores Município de Parauebas e art. 1723 de Código Civil.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	28	29	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em primeiro lugar pois, nos termos do art. 129, VIII, da CRFB/88, é função institucional do Ministério Público requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais, não havendo informação no enunciado de que o MP irá instaurar, por si próprio, tal inquérito policial. Em segundo lugar, mostra-se falsa a assertiva que prevê que “É da competência exclusiva do Congresso Nacional dispor sobre a organização e funcionamento da polícia legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.”. A uma, porque tal atribuição não consta no rol do art. 49 da CRFB/88; a duas, porque Câmara e Senado possuem autonomia para organização interna de suas polícias, não havendo que se falar em ingerência do Congresso Nacional em tal assunto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	26	30	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais procuram considerar como correta a assertiva que dispõe que “cabe ao Presidente, inicialmente, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretação do Estado de Sítio, expondo os motivos determinantes do pedido”. Ocorre que o enunciado da questão foi claro ao dizer que o Presidente pretendia instaurar Estado de Defesa em razão da situação vivenciada. Portanto, é inequivocamente errado dizer que uma solicitação prévia ao Congresso para decretar Estado de Sítio seria pressuposto para o Estado de Defesa. Logo, o gabarito apontado como correto não merece reparo.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	29	26	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em apreço aborda hipótese classicamente apontada pela doutrina como de intervenção solicitada. Diante disso, tem-se que:

- A intervenção não poderá ser decretada *ex officio*, pois a intervenção espontânea somente pode se dar nas hipóteses dos incisos, I, II, III e V do art. 34.
- O provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, somente é exigido na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.
- Não há que se falar que a intervenção não pode ser decretada, pois a hipótese se encaixa no art. 34, IV.

Assim, o gabarito correto da questão é aquele que reflete o disposto no art. 36 da CRFB/88, *in verbis*: “A decretação da intervenção dependerá: I - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido (...)”.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	30	27	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo cobrado se insere no tópico “Dos direitos e garantias fundamentais”, nomenclatura dada ao Título II da CRFB/88, que engloba os direitos individuais e coletivos, os direitos sociais, a nacionalidade, os direitos políticos e os partidos políticos. Assim, não há que se falar em desrespeito ao princípio da vinculação ao edital.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	27	28	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os órgãos próprios da segurança pública são aqueles previstos no *caput* do art. 144 da CRFB. Neste sentido:

- “Não é possível que os Estados-membros criem órgão de segurança pública diverso daqueles que estão previstos no art. 144 da CF/88. Os Estados-membros e o Distrito Federal devem seguir o modelo federal. O art. 144 da Constituição aponta os órgãos incumbidos do exercício da segurança pública, sendo esse rol taxativo. Assim, a Constituição Estadual não pode prever a criação de Polícia Científica como órgão integrante da segurança pública. Vale ressaltar que nada impede que a Polícia Científica, criada pelo Estado-membro para ser o órgão responsável pelas perícias, continue a existir e a desempenhar suas funções, sem estar, necessariamente, vinculada à Polícia Civil. No entanto, deve-se afastar qualquer interpretação que lhe outorgue caráter de órgão de segurança pública.” STF. Plenário. ADI 2575/PR, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 24/6/2020 (Info 983)

Cabe esclarecer que a ADI 6621/TO, julgada em 24/6/2021, trata da possibilidade de os Estados optarem por garantir a autonomia formal aos institutos de criminalística ou integrá-los aos demais órgãos de segurança pública, sem que isso importe ofensa material à Constituição. Tais institutos oficiais de criminalística, medicina legal e identificação são integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (art. 9º, § 2º da Lei 13.675/2018), o que não se confunde com o rol do art. 144, de observância obrigatória pelos Estados.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	34	31	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos referem ausência de conteúdo programático, sem razão, contudo. O tema proposto está inserido no conteúdo de noções de direito administrativo e trata de bens públicos. Os recorrentes se equivocaram na interpretação do enunciado da questão, em momento algum foi informado que os bens foram transferidos para a empresa pública, a pessoa jurídica foi criada apenas para administrar. Assim, desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião.

Fonte:

- Artigo 102 do Código Civil e Súmula 340 do STF.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	31	35	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema está inserido no edital e diz respeito ao Ato Administrativo.

As definições trazidas são conceitos básicos sobre os poderes administrativos, logo não se vislumbra nenhum equívoco da divulgação do gabarito:

- I. Poder Disciplinar: Trata-se de poder de impor sanções, sempre que houver infração de caráter funcional.
- II. Poder Regulamentar: Diz respeito ao poder de expedição de atos com efeitos gerais e abstratos.
- III. Poder Hierárquico: Tem como objetivo propiciar a organização, fiscalização e correição das atividades exercidas pelos órgãos vinculados.
- IV. Poder de Polícia: Destina-se a assegurar o bem-estar da sociedade, impedindo o exercício abusivo dos direitos individuais.

Fonte:

- Poderes da Administração Pública – doutrina – Constituição Federal – entre outros MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	32	33	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão é claro e objetivo, informando que o agente público deve seguir obrigações e regras que devem andar em linha com a ética, ora, isso reflete ao Princípio da Moralidade.

Não se pode confundir com o princípio da legalidade, pois este determina que os órgãos públicos devem agir quando a lei diz para agir.

Assim, nenhuma das outras alternativas traz em seu conceito as informações trazidas pela questão.

Fonte:

- Artigo 37 caput da Constituição Federal.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	38	39	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está devidamente embasada no conteúdo programático que traz extenso rol de matérias de Direito Penal e Processual Penal.

Pois bem, quanto à questão verifica-se que equívoco na leitura e interpretação da mesma, a qual versa sobre princípio constitucional penal. Em momento algum foi informado que o juiz está condenando o acusado por crime já sentenciado, pelo contrário, o enunciado indica que houve a agravante da pena do acusado em decorrência da reincidência. Ou seja, não há informação de que o acusado esteja sendo punido por crime já praticado.

O TEMA 114 – STF - RE-453000, diz que: “Agravamento da pena por reincidência. Trânsito em julgado. Surge harmônico com o princípio constitucional da individualização da pena o inciso I do artigo 61 do Código Penal, no que prevê, como agravante, a reincidência.”

Fonte:

- TEMA 114 – STF - RE-453000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	40	36	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não há no texto do enunciado elementos que possam distorcer a resolução da questão ou induzir o candidato ao erro, em momento algum é informado que Cícero é inimputável ou possui doença incapacitante. A questão é clara que quem possui doença mental é o filho de Cícero.

Ademais, esclarece que o tema da pergunta proposta diz respeito a erro de proibição e a questão encontra-se dentro do programa do Edital, que trata de noções de Direito Penal.

Considerando isso, tem-se que Cícero age em erro de proibição, eis que não possui a potencial consciência da ilicitude de sua conduta, já que é pessoa humilde, analfabeto e sem recursos.

Fonte:

- Artigo 21 do Código Penal, in verbis: 'O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.'

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	37	40	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está corretamente formulada e o gabarito se coaduna com reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal a respeito. O enunciado informa que existe denúncia anônima, a partir desta houve investigações. Com base nessas diligências foi possível obter a informação que uma grande quantidade de drogas estaria guardada na casa. Ora, a entrada dos policiais na residência foi precedida de fundadas razões.

Fonte:

- TEMA 280 RE-603616 - A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	36	38	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Prisão temporária trata-se de medida acauteladora, de restrição da liberdade de locomoção por tempo determinado, destinada a possibilitar as investigações a respeito de crimes graves, durante o inquérito policial.

O enunciado não trouxe diferenciação ou prazo de restrição, mas esclarecer que o tempo de duração da prisão temporária é de cinco dias prorrogáveis por mais cinco, exceto para crimes hediondos e outros delitos mais graves que o prazo é mais dilatado, ou seja, trinta dias prorrogáveis por mais trinta.

Portanto, a prisão temporária difere da preventiva porque dirige-se exclusivamente à tutela das investigações policiais, daí porque não se pode pensar na sua aplicação quando já instaurada ação penal.

Fonte:

- MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal interpretado. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	43	45	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a assertiva “a” contém os vocábulos que completam corretamente o texto da CADH. Todavia, a resposta está na assertiva “b”, pois o art. 4º, item 2, trata da condição excepcional dos países que ainda não aboliram a pena de morte. Nestes casos, a pena só pode ser imposta em face dos delitos mais graves. Não podendo ser ampliada para novas hipóteses de incidência. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- art. 4º, item 2 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	44	43	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a assertiva “a” contém os vocábulos que completam corretamente o texto da CADH. Todavia, a resposta está na assertiva “d”, pois o art. 6º, item 2, trata da vedação de trabalho forçado e obrigatório. Nestes casos, nos países que adotam pena privativa de liberdade, o trabalho forçado não pode afetar a dignidade humana. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- art. 6º, item 2 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	45	44	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a assertiva “c” contém vocábulos que também completam o espírito lógico da CADH. Todavia, o verbo “prescindir” significa “não levar em conta” “desnecessitar” “dispensar”, o que se traduz no sentido contrário ao comando do art. 12, item 1. O direito de liberdade de consciência e religião está conectado, leva em conta, necessita da liberdade de conservar ou mudar de crença. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- art. 12, item 1 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	41	42	43

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O recorrente sustenta que o item I induziu os candidatos em erro, fazendo confundir o termo assistência especial à infância com o termo assistência ‘diferenciada’ à criança. Nesse sentido, considerando o princípio da objetividade das questões, de fato, houve prejuízo à aferição de conhecimento dos candidatos. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 25.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	42	41	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que o item “III” esteja correto. Todavia, o verbo “prescindir” significa “não levar em conta” “desnecessitar” “dispensar”, o que se traduz no sentido contrário ao comando da DUDH, pois, para o casamento é imprescindível, necessário o livre consentimento dos nubentes. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 16.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	9	5	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde se esclarece o objetivo do autor do texto ao escolher o gênero resenha. Sendo assim, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A, sugere-se que “Ao escolher o gênero resenha, o autor objetivou *evidenciar argumentos contrários ao do livro de William Zinsser*”; nota-se que o autor concorda com os argumentos desenvolvidos no livro, logo não tem por objetivo desenvolver argumentos contrários, como se comprova neste trecho do texto: “Um candidato a autor deve, ele diz logo à partida, evitar o excesso. Superar o defeito de muitas palavras! Cortar, eliminar a abundância desnecessária. Se o conselho já é bom para quem cultiva jornalismo nos EUA, imagine-se no Brasil, onde a tradição bacharelesca associou rebuscamento à erudição e à inteligência.”. Na alternativa B, sugere-se que “Ao escolher o gênero resenha, o autor objetivou *construir uma apreciação irônica sobre o livro ‘Como Escrever Bem’*”; nota-se que, embora a palavra apreciação esteja relacionada ao gênero resenha, o autor não constrói essa apreciação de forma irônica, pelo contrário, ele avalia o livro positivamente, como se pode comprovar neste trecho do texto: “O livro é claro e direto, sendo um exemplo em si das normas que ele debate”. Na alternativa C, sugere-se que “Ao escolher o gênero resenha, o autor objetivou *elaborar uma narrativa com descrição de gêneros textuais do domínio jornalístico*”; nota-se que, embora sejam citados gêneros do domínio jornalístico, o texto não tem como propósito construir uma narrativa, cita os gêneros como exemplos para sustentar a apreciação que constrói, como se comprova neste trecho do texto: “O bom do livro é que apresenta capítulos específicos para entrevistas, depoimentos, histórias de família.” Na alternativa D, sugere-se que “Ao escolher o gênero resenha, o autor objetivou *apresentar para o leitor um breve painel da obra ‘Como Escrever Bem’ e se posicionar criticamente*”; nota-se que essa afirmação atende ao comando desta questão, já que, no texto, o autor constrói um painel do livro “Como Escrever Bem”, a fim de apresentá-lo para o leitor, porém, não restringe o texto a essa apresentação, uma vez que se posiciona criticamente em relação a obra que apresenta, diz que se trata de um livro claro e objetivo, como se comprova neste trecho do texto: “O livro é claro e direto, sendo um exemplo em si das normas que ele debate”. Essa análise revela que apenas a alternativa D atende ao comando desta questão. Sendo assim, o gabarito preliminar está correto e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.
- DOLZ; SCHNEUWLY. *Gêneros orais e escritos na escola*. 3. ed. São Paulo: Mercado das Letras, 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça. *Desvendando os segredos do texto*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
2	10	4	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde se traduz adequadamente o sentido do trecho do texto. Sendo assim, para atender ao comando, deve-se analisar cada uma das alternativas. Na alternativa A, sugere-se “Os parágrafos devem ser curtos.” = paragrafar o texto com objetividade; nota-se que essa substituição não provoca alteração de sentido, uma vez que o substantivo parágrafo foi substituído pelo verbo “paragrafar”, na forma nominal, indicando o nome da ação, seguido de uma locução adverbial, responsável por indicar o modo que a ação deve ser executada (“com objetividade”). Executar uma ação com objetividade significa, de modo geral, de acordo com o dicionário Houaiss, de modo não evasivo, direto, ou seja, objetivo. Na alternativa B, sugere-se “Superar o defeito de muitas palavras!” = ressaltar mais do que o esperado; nota-se que a palavra “superar” foi interpretada dentro do seu escopo semântico, porém, não correspondente ao contexto em que aparece na frase do texto, porque ressaltar mais do que o esperado é o oposto do que o trecho do texto

comunica. Na alternativa C, sugere-se “Cortar, eliminar a abundância desnecessária.” = dividir em mais partes para organizar; nota-se que dividir em mais partes não é o mesmo que “cortar”, “eliminar”. Na alternativa D, sugere-se “Outras são digressões sobre subjetividade e pessoalidade de um texto.” = as demais diretrizes são devaneios sobre a pessoalização de um escrito; nota-se que a palavra “digressão” foi interpretada como “devaneio”, atribuído carga semântica negativa ao significado da palavra “digressão”, que significa, nesse contexto apenas um desvio do assunto sobre o qual se escreve, sem carga pejorativa no significado. Essa análise revela que apenas a tradução sugerida na alternativa A atende ao comando desta questão. Sendo assim, o gabarito preliminar está correto e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça. *Desvendando os segredos do texto*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	5	6	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde a completude da frase correlaciona adequadamente os tempos e modos verbais. A frase apresentada no comando é organizada em torno do verbo “tornar-se”, flexionado do pretérito do modo subjuntivo. Esse tempo verbal se correlaciona adequadamente com o pretérito imperfeito do indicativo ou com o futuro do pretérito do indicativo. Nota-se que apenas a alternativa B, sugere-se um verbo flexionado em um desses tempos do modo indicativo, no caso, no futuro do pretérito (“se tornariam”). Na alternativa A, o verbo está flexionado no futuro do presente do indicativo. Na alternativa C, o verbo está flexionado também no futuro do presente do indicativo. Na alternativa D, o verbo está flexionado no presente do indicativo. Essa análise revela que apenas o verbo sugerido na completude proposta na alternativa B atende ao comando desta questão. Sendo assim, o gabarito preliminar está correto e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	7	3	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado desta questão elenca três períodos. No comando, solicita-se que seja identificada a alternativa onde esteja(m) o(s) período(s) em que a exclusão da vírgula implica alteração de sentido. Sendo assim, deve-se analisar a estrutura de cada um dos períodos. Em I, “No meio da década de 1970, ele decidiu transformar seu curso sobre escrita [...]”; nota-se que a vírgula está adequadamente empregada para indicar um complemento circunstancial deslocado, ou seja, indicar que o período está na ordem indireta. A exclusão da vírgula nesse período não implica alteração de sentido, apenas não marcaria a presença de complemento circunstancial deslocado. Em II, “O livro é claro e direto, sendo um exemplo em si das normas que ele debate.”; nota-se que a vírgula foi usada com o objetivo de separar a oração reduzida de gerúndio. As orações reduzidas de gerúndio classificam-se como subordinadas adjetivas ou adverbiais ou coordenadas, como é o caso da oração em análise. Nota-se que o período é composto por coordenação, já que, do ponto de vista estrutural, as orações são independentes: 1º período = o livro é claro e direto; 2º período = sendo [o livro] um exemplo em si das normas que ele debate. O desenvolvimento dessa forma reduzida resulta em: 1º período = o livro é claro e direto; 2º período e [o livro] é um exemplo em si das normas que ele debate. A exclusão da vírgula, portanto, não implica alteração de sentido. Em III, “[...] imagine-se no Brasil, onde a tradição bacharelesca associou rebuscamento à erudição e à inteligência.”;

nota-se que a vírgula foi usada para marcar uma oração subordinada adjetiva explicativa. Nesse caso, a exclusão da vírgula implica mudança de sentido, uma vez que a oração deixaria de ser explicativa e passaria a ser restritiva, sendo assim, ao invés de explicar, restringiria o significado do que enuncia ao Brasil. Essa análise revela que apenas a exclusão da vírgula no item III implica alteração de sentido, portanto, apenas a alternativa C atende ao comando desta questão. O gabarito preliminar está correto e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	4	2	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No enunciado desta questão, esclarece-se que a língua padrão, assim como qualquer outra variedade linguística, tem suas características específicas. Essas especificidades da norma padrão deixam marcas no texto em análise, sobretudo, em função do veículo de circulação para o qual o texto foi produzido. Em seguida, o comando solicita que seja identificada a alternativa onde uma dessas marcas esteja evidenciada. Sendo assim, deve-se analisar o que se sugere em cada uma das alternativas. Na alternativa A, sugere-se que “*o predomínio da linguagem figurada, como em ‘[...] ele diz logo à partida [...]’*”; nota-se que a expressão “logo à partida”, tem valor adverbial e expressa uma circunstância de tempo, portanto não evidencia uma característica específica da norma padrão, exigida sobretudo pelo contexto de circulação do texto. Na alternativa B, sugere-se que “*obediência às normas gramaticais, como a concordância em ‘[...] se há duas frases, a mais direta e simples é a melhor’*”; nota-se que o respeito às normas de concordância é uma das marcas da norma padrão, sobretudo no domínio discursivo jornalístico. Essas normas foram respeitadas no trecho citado, onde se nota 1. o verbo “haver” no singular, uma vez que seu escopo semântico é impessoal; 2. a concordância de gênero entre os substantivos e adjetivos e a concordância de número entre numeral e substantivo e entre artigo, (elipse de substantivo) e adjetivos; 3. A concordância entre sujeito e verbo na oração principal. Na alternativa C, sugere-se que “*a presença de vocabulário arcaico, como em ‘[...] a tradição bacharelesca associou rebuscamento à erudição e à inteligência’*”; nota-se que o termo “bacharelesca” é formado por um sufixo formador de adjetivos, portanto, não se trata de um arcaísmo, ou seja, palavra ou expressão que caiu em desuso. Na alternativa D, sugere-se que “*o uso de termos técnicos, como em ‘Alguns conselhos são gramaticais: advérbios e adjetivos são, com frequência, dispensáveis’*”; nota-se a presença de termos técnicos relacionados à estudos gramaticais e linguísticos, portanto, ao levar em consideração o veículo de circulação, conclui-se que o uso desses termos não se trata de uma especificidade da norma padrão utilizada no domínio jornalístico. Essa análise revela que apenas o que se sugere na alternativa B atende ao comando desta questão, sendo assim, o gabarito preliminar deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.
- DOLZ; SCHNEUWLY. *Gêneros orais e escritos na escola*. 3. ed. São Paulo: Mercado das Letras, 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça. *Desvendando os segredos do texto*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
8	1	8	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde a substituição da palavra destacada pelo sinônimo sugerido entre parênteses não provoca prejuízo semântico. Sendo assim, deve-se fazer a substituição, de acordo com o que se sugere em cada uma das alternativas e identificar em qual delas essa

substituição provoca alteração de sentido. Na alternativa A, sugere-se: “Junto com a urbanização **acelerada** [...]” (ligeira); nota-se que a substituição de “acelerada” por “ligeira” não implica alteração de sentido, já que o adjetivo sugerido mantém a ideia de fenômeno de velocidade, veloz. Na alternativa B, sugere-se “[...] ele e é visto não apenas como **arcaico** [...]” (obsoleto); nota-se que essa substituição também não implica prejuízo semântico, já que a palavra sugerida é um sinônimo da palavra destaca no trecho, ou seja, arcaico, ultrapassado, obsoleto têm o mesmo escopo semântico (obsoleto = “que já não se usa; arcaico, antigo”, dicionário Houaiss). Na alternativa C, sugere-se “a **tolerância** com o passado escravocrata” (indulgência); nota-se que essa substituição também não implica alteração de sentido, uma vez que “indulgência” significa “clemência”, “misericórdia”, “absolvição de pena”. Na alternativa D, sugere-se “Trata-se de uma percepção **reducionista** e equivocada da realidade” (condicionante); nota-se que, em alguns contextos, a palavra sugerida pode funcionar como sinônimo da palavra destaca no trecho, no entanto, levando em consideração o contexto, “reducionista” foi usada com sentido de “que reduz” e não que condiciona, ou seja, que funciona como uma condição. Essa análise revela que apenas a substituição sugerida na alternativa D implica em alteração de sentido, portanto, apenas essa alternativa atende ao comando desta questão. O gabarito preliminar está correto e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	2	10	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que sejam avaliadas em verdadeiro ou falso as afirmações sobre a tipologia e o gênero desse excerto de texto. Sendo assim, deve-se analisar cada uma das afirmações. A primeira afirmação sugere que “A percepção do campo como retrógrado é a tese desse excerto.”; nota-se que essa afirmação é falsa, já que a tese defendida no texto é exatamente o contrário, como se pode confirmar neste trecho do texto: “Trata-se de uma percepção reducionista e equivocada da realidade. Muito do que a cultura urbana contemporânea começa hoje a descobrir e a valorizar é vivido no campo brasileiro há décadas.”. Destaca-se ainda que a tese de um texto é a opinião defendida pelo autor, logo, o trecho citado traz explicitamente a opinião defendida pelo autor do excerto em análise. A segunda afirmação sugere que “Os argumentos apresentados devem ser relativizados pela presença da ironia, como se pode perceber neste trecho: “Trata-se de uma percepção reducionista e equivocada da realidade”.”; nota-se que essa afirmação também é falsa, já que o autor presa por uma linguagem denotativa, a fim de garantir credibilidade às informações e opiniões apresentadas no texto. A terceira afirmação sugere que “O excerto é um exemplo do gênero artigo de opinião, porque trata-se de um texto de natureza dissertativa-argumentativa, publicado numa coluna de opinião do jornal O Estado de S. Paulo.”; nota-se que essa afirmação é verdadeira, uma vez que o texto foi publicado na coluna Espaço Aberto e foi escrito com a finalidade de defender um ponto de vista em relação ao tema abordado, portanto, trata-se de um exemplo do gênero textual artigo de opinião. A quarta afirmação sugere que “Como estratégia discursiva, o texto foi redigido na terceira pessoa do discurso, a fim de garantir mais objetividade e menos pessoalidade aos fatos e opiniões selecionados para compor esse excerto.”; nota-se que essa afirmação também é verdadeira, já que o autor utiliza verbos na terceira pessoa do discurso e não se posiciona diretamente no texto. Esses são recursos que buscam promover objetividade e impessoalidade ao que se trata no texto. Essa análise revela que a sequência correta é F-F-V-V, portanto, somente a alternativa A atende ao comando desta questão. O gabarito preliminar está correto e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.
- DOLZ; SCHNEUWLY. *Gêneros orais e escritos na escola*. 3. ed. São Paulo: Mercado das Letras, 2011.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilça. *Desvendando os segredos do texto*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022.
- KOCH, Ingedore Vilça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

- VAL, Maria das Graças Costa. *Redação e textualidade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	3	9	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde esteja incorreto o que se afirma sobre o período em destaque no enunciado esteja incorreto: “Muito do que a cultura urbana contemporânea começa hoje a descobrir e a valorizar é vivido no campo brasileiro há décadas”. Sendo assim, deve-se analisar cada uma das alternativas. Na alternativa A, sugere-se que “O verbo “haver” está no singular porque é impessoal, logo, não admite sujeito”; nota-se que está análise da flexão de número do verbo “haver” está correta. O verbo foi empregado com sentido de tempo decorrido, logo é impessoal e não deve concordar com o número do substantivo, uma vez que não admite sujeito. Na alternativa B, sugere-se que “Esse período é composto, já que está estruturado em torno de mais de um verbo”; nota-se que essa afirmação também está correta. O período está estruturado em torno de três verbos principais (“começa”, “é” e “há”), portanto, trata-se de um período composto. Na alternativa C, sugere-se que “As informações desse período estabelecem uma relação lógico-discursiva explícita de causa em relação à informação do período anterior”; nota-se que essa afirmação está incorreta, uma vez que a relação lógico-discursiva que o período destacado no enunciado estabelece com as informações do período anterior está implícita, já que não há elemento linguístico que a torne explícita. Na alternativa D, sugere-se que “O sintagma “cultura urbana contemporânea” desempenha a função sintática de sujeito e é constituído por um substantivo e dois adjetivos”; nota-se que essa afirmação está correta, uma vez que o sintagma “cultura urbana contemporânea” desempenha a função sintática de sujeito do verbo “começa” e é constituído pelo substantivo “cultura” e pelos adjetivos “urbana” e “contemporânea”. Essa análise releva que apenas a alternativa C atende ao comando desta questão.

Fontes:

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	14	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considere, sem perda de generalidade, que o número de professores em cada departamento com doutorado é 20. Assim, tem-se que:

- Departamento de matemática: 80 professores no total e 20 com doutorado (razão: 1/4)
- Departamento de estatística: 50 professores no total e 20 com doutorado (razão: 2/5)

Assim, do total de 130 professores, 40 possuem doutorado, fornecendo a razão 4/13.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. *Raciocínio Lógico-Quantitativo*. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	12	14	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado, para descarregar 56 viagens, o trabalhador precisará fazer o trajeto ida e volta $56/4 = 14$ vezes. Cada trajeto ida e volta tem $76+76 = 152$ metros. Assim, serão gastos $152 \cdot 14 = 2128$ metros. Entretanto, no último trajeto, ao levar as últimas 4 caixas, o estoque estará completo. Dessa forma, não é necessário contabilizar o último retorno para que o estoque fique completo. Portanto, serão gastos $2128 - 76 = 2052$ metros.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	11	15	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão apresenta três afirmativas e afirma que apenas **uma** delas é verdadeira. Deve ser feita a análise de cada uma para que a alternativa correta seja alcançada:

- Se a afirmação “Cristiano dançou com Amanda” for verdadeira, a afirmação “Breno dançou com Bárbara ou Claudete” será falsa e chega-se em uma contradição, já que Breno deveria dançar com Amanda.
- Se a afirmação “Breno dançou com Bárbara ou Claudete” for verdadeira, a afirmação “Álvaro dançou com Amanda ou Claudete” será falsa e Álvaro dançou, portanto com Bárbara. Assim, Breno dançou com Claudete e Cristiano com Amanda. Porém como uma única afirmativa deve ser verdadeira, chega-se a mais uma contradição.
- Desse modo, a afirmação “Álvaro dançou com Amanda ou Claudete” é a única verdadeira. Então, a afirmativa “Breno dançou com Bárbara ou Claudete” é falsa. Dessa forma, Breno dançou com Amanda. Álvaro dançou com Claudete e Cristiano dançou com Bárbara.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	13	12	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda uma situação hipotética envolvendo relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios, sendo resolvida a partir de um raciocínio verbal e/ou raciocínio matemático.

Se Luciano tiver muita sorte, com duas retiradas ele pode conseguir o par de bandanas da mesma cor. Sem contar com a sorte, teremos de encontrar o número mínimo de bandanas que ele deve pegar para ter certeza de obter duas bandanas de mesma cor. Com cinco bandanas ainda é possível ter cada uma de uma cor diferente (roxa, verde, lilás, vermelha e azul). A partir da sexta bandana, necessariamente teremos duas bandanas de mesma cor. Logo, a resposta é 6.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	19	20	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito da questão deve ser mantido, pois a afirmação de que os barramentos de expansão considerados externos ao micro são USB, FireWire e IrDA está certa. Segundo o autor Gabriel Torres na obra Hardware: Curso Completo, 4. Ed, Rio de Janeiro, Axcel Books, 2001, “todos esses modelos de barramento (ISA (Industry Standard Architecture). EISA (Extended Industry Standard Architecture). VLB (VESA Local Bus). PCI (Peripheral Component Interconnect). AGP (Accelerated Graphics Port). AMR (Audio and Modem Riser). CNR (Communications and Network Riser). USB (Universal Serial Bus). FireWire (também chamado IEEE 1394). IrDA (Infrared Developers Association), são disponibilizados na placa-mãe do micro, através de conectores, chamados slots. A exceção fica por conta dos barramentos USB, FireWire e IrDA, que são externos ao micro”.

Fonte:

- Gabriel Torres. Hardware Curso Completo. 4. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	28	24	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As assertivas I e II são falsas, pois não reproduzem a letra da Lei 4.629/2015, vide:

Art. 3º Para efeitos desta lei, são adotadas as seguintes definições:

I - quadro de pessoal é o conjunto de cargos de carreira, cargos isolados, cargos de provimento em comissão e funções gratificadas existentes na Câmara Municipal Parauapebas;

X - cargo em comissão é o cargo de livre nomeação e exoneração, com a definição delineada na Constituição Federal e que poderá ser preenchido por servidor de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos estabelecidos em lei.

Assim, não merece guarida aos argumentos apresentados pelos candidatos.

Fonte:

- Lei 4629/2015 artigo 3º e seguintes;

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	30	29	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A respeito da criação de despesa para a Administração por lei de iniciativa parlamentar, o STF no julgamento do ARE 878.911-RG, de relatoria do ilustre Min. GILMAR MENDES, julgado sob o rito da repercussão geral (Tema 917), em que se contestava a constitucionalidade de lei de iniciativa da Câmara de Vereadores que determinou a instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias, fixou a seguinte tese: *Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal).*

No caso em tela se aplica o mesmo entendimento. Embora a lei municipal crie obrigação de instalação de torneiras econômicas nas escolas públicas do Município, não trata da estrutura ou atribuição de órgãos do Poder Executivo, nem tampouco regime jurídico de servidores públicos, o que afasta de plano a inconstitucionalidade formal subjetiva, ou seja, o vício de iniciativa.

Na verdade, veicula matéria relacionada ao meio ambiente equilibrado, de responsabilidade do Estado (art. 225, caput da CRF/88), na medida em que obriga a implantação de torneiras econômicas em escolas públicas do Município, buscando defender e preservar o meio ambiente local ao conferir o melhor tratamento possível a este tão importante e escasso recurso natural que é a água.

Os recursos interpostos não devem ser acolhidos por serem fruto de deficiente conhecimento dos candidatos recorrentes, que não atentaram para o conteúdo do edital e da legislação proposta como fonte para os questionamentos da banca.

Fontes:

- Lei Orgânica Municipal do Município de Paraupabas;
- RE 1386784 AgR – Inexistência de usurpação de competência uma vez que a lei não trata da estrutura da Administração Pública, da atribuição de seus órgãos ou do regime jurídico dos servidores públicos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	25	21	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não existe nenhuma ilegalidade de uma Fundação Escola Privada promover processo seletivo para contratação de professores, sendo certo que uma vez aprovado o mesmo é considerado concursado. Pois bem, feitos esses esclarecimentos, o enunciado da questão deixou claro não haver incompatibilidade de horário nas funções. Ademais, o exercício do magistério não é função que gera a incompatibilidade ou impedimento para o exercício de mandato eletivo.

Fonte:

- Lei Orgânica Municipal.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	21	27	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado afirma que o candidato foi aprovado fora do número de vagas previstas no Edital, portanto, não há que se falar em direito subjetivo à nomeação. Assim, o candidato aprovado além das vagas fixadas originalmente possui tão somente expectativa de direito à nomeação.

Fontes:

- Lei Orgânica Municipal;
- CNJ – 0004792-36.2014.2.00.0000- PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS E PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PRAZO DE VALIDADE. PRORROGAÇÃO. ATO DISCRICIONÁRIO. AUTONOMIA DO TRIBUNAL.

FONTE – CNJ – 0004792-36.2014.2.00.0000- PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS E PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PRAZO DE VALIDADE. PRORROGAÇÃO. ATO DISCRICIONÁRIO. AUTONOMIA DO TRIBUNAL. CANDIDATOS APROVADOS E NÃO CLASSIFICADOS. EXPECTATIVA DE DIREITO À NOMEAÇÃO.

1. A prorrogação do prazo de validade de concurso público, prevista no art. 37, III, da CF/1988, constitui ato discricionário da Administração, que deverá analisar aspectos de oportunidade e conveniência.

2. A escolha pela prorrogação ou não do concurso, notadamente quando já nomeados todos os aprovados dentro do número de vagas estabelecidas no edital, não implica em ilegalidade suficiente a demandar a atuação deste Conselho. Escoado o prazo de vigência do certame, sem que tenha sido prorrogado, o disposto no art. 37, III, da CF, não permite à Administração instituir novo prazo de validade, pois prorrogar significa estender prazo ainda existente para além do seu termo final.

3. Ainda que surjam novas vagas durante o prazo de validade do certame, o candidato aprovado além das vagas fixadas originalmente possui tão somente expectativa de direito à nomeação.

4. Precedentes do STF e do STJ.

5. Pedido julgado improcedente.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	32	33	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O único recurso avariado pretende convencer de que o enunciado da questão abordaria os diplomas legais existentes no âmbito da Câmara Municipal de Parauapebas. Contudo, o enunciado é claro ao dispor que as assertivas deveriam ser consideradas “segundo a Constituição Federal”. Não merece reparo, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	35	34	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “a” é falsa, pois o elemento competência ou sujeito do ato administrativo corresponde ao agente público competente para sua prática, a autoridade que emana o ato. Julius é destinatário do ato e não sujeito do ato. A assertiva “b” é falsa, pois decreto é ato privativo do chefe do Poder Executivo. A assertiva “c” é falsa, pois a revogação é o desfazimento de ato válido, no caso, o presidente deve anular o ato. A assertiva “d” é verdadeira pois além da presunção de legitimidade o ato é imperativo, ou seja, prescinde (independe) da concordância do destinatário do ato. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	38	37	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão formulada está correta, insere nos conhecimentos atinentes ao raciocínio lógico e noções de direito, conforme previsto no edital do certame, o conteúdo programático prevê que o candidato deve ter conhecimento de Direito Administrativo e Financeiro, assim como Contabilidade Geral e Pública, Controle da Administração e Auditoria.

Pois bem, não compete aos candidatos criar suposições, devendo-se limitar às informações contidas no enunciado para a resolução da questão.

Assim, o enunciado informou que:

I - havia despesas com transporte escolar contratado, que **ainda não tinham sido pagas**, porém foram empenhadas e liquidadas.

II - houve medição **irregular da quilometragem** executada pelo transporte contratado e aquela expressa nas planilhas.

III - A planilha demonstrava quilometragem percorrida a menor.

Portanto, com base na autotutela, que estabelece que a Administração Pública possui o poder de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos, verificado que existe um possível pagamento a maior, pois a planilha demonstrava quilometragem percorrida a menor, deve o Gestor Público recusar o pagamento do valor a maior e rever o ato da liquidação, para aí sim apurar se a quilometragem foi apurada a maior ou a menor.

Fonte:

- Lei 4320/64 – artigo 36 e princípio da responsabilidade fiscal.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	36	38	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os princípios da legalidade e razoabilidade não fazem parte das alternativas possíveis, logo não há como serem indicadas como resposta correta. Assim, a única opção possível para solução da questão é a alternativa que indica a ofensa à moralidade e impessoalidade, pois pelo princípio da moralidade administrativa, não bastará ao administrador o estrito cumprimento da legalidade e a moralidade é um princípio que vai além e envolve, no exercício da função pública, respeito à ética, à razoabilidade e à justiça. Além disto, no caso em tela, o uso de máquinas da municipalidade sem previsão em lei é uma ofensa à moralidade, por se tratar de atuação fora dos padrões éticos de probidade, decora e boa-fé”.

Portanto, a prestação de serviços gratuitos a particulares fere concretamente o princípio da impessoalidade, pois favorece a poucos, com uso da máquina pública e o princípio estaria relacionado com a finalidade pública que deve nortear toda a atividade administrativa. Significa que a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento.

Fonte:

- Artigo 37 da Constituição Federal.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	37	36	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não está calçada em literalidade normativas, mas sim em conceitos doutrinários sobre os princípios que regem a matéria de responsabilidade fiscal.

O Princípio da Eficiência, que não é a resposta correta para questão, tem como conceito que o agente público deve se empenhar em obter o melhor resultado com o mínimo de recursos.

Já o Princípio da Prudência, que advém com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que sustenta que “a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”. Ou seja, criou uma série de regras fiscais, tanto procedimentais - a exemplo das exigências para criação de despesas obrigatórias de caráter continuado - como quantitativas, a exemplo do limite de gastos com pessoal. A aplicação do Princípio da Prudência visa obter o menor Patrimônio Líquido, dentre aqueles possíveis diante de procedimentos alternativos de avaliação.

Não prosperam os argumentos de falta de resposta correta ou erro de gabarito, estando claríssimo na lei o acerto do gabarito e a presença da resposta correta naquela indicada pela banca.

Fonte:

- Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei 101/2000.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	44	43	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre “Contabilidade Pública: Fundamentos legais e técnicos de Contabilidade Pública: conceito, objetivos, princípios”. Portanto, de acordo com exigências editalícias.

Portaria STN nº 634/2014 define as diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive quanto aos prazos para sua implantação. Portanto, trata-se de norma legal e, também, técnica de Contabilidade pública para todos os entes da Federação. Assim, está de acordo com o instrumento convocatório.

A incorreção da questão dada como gabarito se deve ao seguinte:

Os Estados e Municípios não têm soberania.

Conforme definido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os entes federativos são autônomos e harmônicos entre si. Soberania e autonomia são conceitos que não se confundem.

A soberania, conforme já mencionado, diz respeito ao caráter supremo de um poder, que não admite qualquer outro acima ou em concorrência com ele.

A autonomia, por sua vez, pressupõe a tríplice capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração.

Ademais, as diretrizes, normas e procedimentos contábeis são aplicáveis a todos os entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive quanto aos prazos para sua implantação, conforme item 4 do MCASP:

4. IMPLANTAÇÃO DAS INOVAÇÕES NA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

As inovações trazidas pelos processos de padronização dos registros contábeis com vistas à consolidação nacional das contas públicas e de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (CASP) impactam, principalmente, a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), a Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e a Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – (DCASP) deste Manual.

As diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive quanto aos prazos para sua implantação, são definidas pela Portaria STN nº 634/2014:

- *Art. 11 O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP deverão ser adotados por todos os entes da Federação até o término do exercício de 2014.*
- *Art. 13 Os Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP, definidos no MCASP e de observância obrigatória pelos entes da Federação, terão prazos finais de implantação estabelecidos de forma gradual por meio de ato normativo da STN.*

A Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO) é permanentemente atualizada pela STN mediante ajustes realizados pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) ou mesmo quando demandada por entes da Federação ou órgãos de controle. A Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos (PCE) encontra-se sob permanente atualização conforme novos procedimentos venham a ser colocados em prática na Federação Brasileira.

Fonte:

- *Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público- MCASP. 9ª Edição. Validade: a partir de 2022. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br>*

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	42	44	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre “Execução Orçamentária: fases da receita – previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento (...)”. Portanto, de acordo com exigências editalícias.

A questão versa sobre fases das Receita Pública e não sobre “Classificação da Receita pública”. Portanto, observa-se clara confusão a respeito do que seja “Fases” e “Classificação” da receita pública por parte do candidato.

A incorreção da questão dada como gabarito se deve ao seguinte:

Não está consoante com o disposto no MCASP. 9ª Edição. Essa fase denomina-se Recolhimento e não Arrecadação.

3.5.4. Recolhimento

É a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa, conforme determina o art. 56 da Lei nº 4.320, de 1964, a seguir transcrito:

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Fonte:

- *Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público- MCASP. 9ª Edição. Validade: a partir de 2022. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943*

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	43	42	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre “Classificações Orçamentárias: classificação legal da receita e classificação legal da despesa – classificação institucional, funcional-programática e econômica; Receita e Despesa extra-orçamentárias;”. Portanto, de acordo com exigências editalícias.

Todas as afirmativas disponibilizadas para julgamento estão corretas, pois estão de acordo com os leis e normas infralegais vigentes, conforme demonstrado a seguir:

I - CORRETA. Consoante disposto no MCASP. 9ª Edição

4.2. CLASSIFICAÇÕES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.2.1. Classificação Institucional

A classificação institucional reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária. Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias (art. 14 da Lei nº 4.320/1964). Os órgãos orçamentários, por sua vez, correspondem a agrupamentos de unidades orçamentárias. As dotações são consignadas às unidades orçamentárias, responsáveis pela realização das ações.

II - CORRETA. Consoante disposto no MCASP. 9ª Edição

4.2. CLASSIFICAÇÕES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.2.2. Classificação Funcional

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.

III - CORRETA. Consoante disposto no MCASP. 9ª Edição

4.2. CLASSIFICAÇÕES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.2.3. Classificação por Estrutura Programática

Toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA) para o período de quatro anos. Conforme estabelecido no art. 3º da Portaria MOG nº 42/1999, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e determinações nela contidos. Ou seja, todos os entes devem ter seus trabalhos organizados por programas e ações, mas cada um estabelecerá seus próprios programas e ações de acordo com a referida Portaria.

IV - CORRETA. Consoante disposto no MCASP. 9ª Edição

4.2. CLASSIFICAÇÕES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.2.4. Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza

A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de: a. Categoria Econômica b. Grupo de Natureza da Despesa c. Elemento de Despesa

A natureza da despesa será complementada pela informação gerencial denominada “Modalidade de Aplicação”, a qual tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

Fontes:

- *Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público- MCASP. 9ª Edição. Validade: a partir de 2022. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br>*

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	45	45	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre “Conceitos relativos aos Sistemas de Controle Interno. Sistema de Controle Interno Municipal: importância, responsabilidade e fundamentação legal. Implantação do Sistema de Controle Interno: criação e atribuições. Formas de atuação do Controle Interno. Atuação do controle interno.”. Portanto, de acordo com exigências editalícias. Nenhuma das afirmativas a serem julgadas versa sobre as finalidades do Controle Interno.

Todas as afirmativas submetidas a julgamento estão corretas e encontram amparo legal, conforme demonstrado a seguir:

I - VERDADEIRA.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Fonte: Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento desta Lei Complementar, consideradas as normas de padronização metodológica editadas pelo conselho de que trata o art. 67, com ênfase no que se refere a: (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:

I - a possibilidade de ocorrência das situações previstas no inciso II do art. 4º e no art. 9º;

II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;

III - que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites;

IV - que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei;
V - fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.
§ 2º Compete ainda aos Tribunais de Contas verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão referido no art. 20.
§ 3º O Tribunal de Contas da União acompanhará o cumprimento do disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 39.
Fonte: Lei Complementar no 101/2000 (e alterações posteriores). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

II - VERDADEIRA.
Processo de Implementação do Sistema de Controle Interno: Conhecimento da base legal; • Institucionalização da função; • Identificação do profissional adequado, para responder pela coordenação do Controle Interno; • Superação de barreiras.
Fonte: A Importância do Controle Interno no Âmbito Municipal – TCU. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br>

III - VERDADEIRA.
Sistema de controle interno - Conjunto de normas, atividades, procedimentos, métodos, rotinas, bem como de unidades da estrutura organizacional da Administração Pública municipal com atuação articulada, visando o controle interno da gestão administrativa.
Fonte: A Importância do Controle Interno no Âmbito Municipal – TCU. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br>

IV - VERDADEIRA.
NATUREZA DOS CONTROLES INTERNOS

- Controles Formais - Projetados para assegurar a observância à legislação e às normas disciplinares numa organização estatal.
- Controles Substantivos - Projetados para garantir a eficiência e eficácia na aplicação dos recursos, em termos quantitativos e qualitativos.
- Controles Preventivos ou Prévios - Projetados para evitar a ocorrência de erros, desperdícios ou irregularidades.
- Controles Detectivos ou Concomitantes - Projetados para detectar erros, desperdícios ou irregularidades no momento em que ocorrem, permitindo medidas tempestivas de correção.
- Controles Corretivos ou Posteriores - Projetados para detectar erros, desperdícios ou irregularidades após a ocorrência, permitindo ações corretivas posteriores.

Fonte: A Importância do Controle Interno no Âmbito Municipal – TCU. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	47	46	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre “Identificação dos Recursos Federais Transferidos para o Município. O Controle Interno dos Municípios e o TCU: recursos federais transferidos a municípios.”. Portanto, de acordo com exigências editalícias. Ao contrário do argumento recursal, o instrumento convocatório contém previsão de avaliar conhecimentos sobre transferências da União para os municípios.

A questão não diz respeito a Direito Tributário ou Direito Constitucional diretamente. Contudo, quando se trata de Receitas Públicas, não há como não tangenciar referidas disciplinas.

Fonte:

- <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios> (consulta efetuada em 25-08-2022)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	46	47	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre “Controle da Administração Pública: O Sistema de Controle Governamental: visão geral. O Controle Interno e o Tribunal de Contas da União. O Controle Interno e a Controladoria Geral da União - CGU. Controle Externo na Constituição de 1988 e a Lei Orgânica do TCU (Lei 8.443/92). Estruturação do Sistema de Controle Interno.”. Portanto, de acordo com exigências editalícias.

O enunciado da questão solicita a marcação da alternativa INCORRETA.

Apenas uma afirmativa está INCORRETA, conforme demonstrado a seguir:

DISTRATORES:**A) CORRETO.**

4.3 - Quem são os responsáveis pelo controle externo?

(...)

O sistema de Tribunais de Contas no Brasil é organizado da seguinte maneira:

- Um Tribunal de Contas da União, com sede no Distrito Federal e representação em todas as Unidades da Federação.
- Vinte e seis Tribunais de Contas Estaduais, sendo um em cada Unidade da Federação.
- Um Tribunal de Contas Distrital - TCDF
- Quatro Tribunais de Contas dos Municípios, localizados nos Estados da Bahia, Ceará, Pará e Goiás; e,
- Dois Tribunais de Contas Municipais, localizados nos Municípios de São Paulo e Rio de Janeiro.

Fonte: <https://ead.tce.mt.gov.br/theme/bcu/gestor2/?mod=1&p=m1u4t3>

e

<https://www.tcmgo.tc.br/site/2022/01/17-01-2022/>

Obs.: Diferentemente dos Tribunais de Contas Municipais (São Paulo e Rio de Janeiro), os Tribunais de Contas dos Municípios dos Estados são órgãos estaduais que fiscalizam todos os municípios daquele estado e não apenas um único município.

B) INCORRETO.

O Controle Externo é o controle exercido pelos Poderes Legislativos respectivos sobre os atos e atividades da administração pública, para que tais atos e atividades não se desviem das normas preestabelecidas. Esse controle abarca a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Trata-se de controle político por excelência das atividades do Estado, exercido pelo Poder Legislativo, destinando-se a comprovar a probidade dos atos da administração, a regularidade dos gastos públicos e do emprego de bens, valores e dinheiros públicos e a fiel execução da lei orçamentária. No Brasil, o controle externo exercido pelo Poder Legislativo conta com o auxílio dos respectivos Tribunais de Contas.

Fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/156/41.pdf?sequence=4>

C) CORRETO.

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão de controle interno do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

A CGU também deve exercer, como Órgão Central, a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno e o Sistema de Correição e das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando a orientação normativa necessária.

Fonte: <https://dados.gov.br/organization/about/ministerio-da-transparencia-e-controladoria-geral-da-uniao-cgu>

O TCU é o órgão de controle externo do governo federal e auxilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país e contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade. Para isso, tem como meta ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável. O Tribunal é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do país quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/institucional/conheca-o-tcu/>

O Ministério Público da União (MPU) compreende, dentre outros ramos, o Ministério Público Federal (MPF). O MPF atua como fiscal da lei, mas tem atuação também nas áreas cível, criminal e eleitoral. O MPF atua na Justiça Federal, em causas nas quais a Constituição considera haver interesse federal.

Fonte: <http://www.mpf.mp.br/o-mpf/sobre-o-mpf>

Congresso Nacional - Controle Externo é Controle exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União destinado à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Aplica-se, no que couber, à fiscalização exercida pelas casas

legislativas estaduais, distrital e municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados, do Município ou do Distrito Federal ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. (CF, arts.31, 70, 71 e 75.

Fonte: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/controle_externo

D) CORRETO.

2.1. O Controle Interno O controle interno encontra fundamento no art. 74 da Constituição Federal, o qual determina que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem manter, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: a) avaliar o cumprimento de metas do plano plurianual e a execução dos orçamentos públicos; b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, sob os aspectos de eficiência e eficácia, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração; c) exercer o controle das operações de crédito; d) apoiar o controle externo.

Fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/156/41.pdf?sequence=4>

Fontes:

- Cartilha: “O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS FISCAIS DA UNIÃO” elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Consulta feita em 25/08/2022. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:6370

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	50	48	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Título VI - Da Tributação e do Orçamento.”. Portanto, de acordo com exigências editalícias.

O enunciado da questão solicita a marcação da alternativa CORRETA. Somente uma das afirmativas está correta, conforme demonstrado a seguir.

Importa lembrar que toda arrecadação de IR é devidamente feita e controlada pela Receita Federal do Brasil. Também é importante ter ciência do Princípio do Orçamento Bruto.

Os municípios não têm atribuição legal de arrecadar o IR, por isso não podem fazê-lo.

DISTRATORES

A) CORRETO. Conforme comando constitucional
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO VI- DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I- DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

B) INCORRETO.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO VI- DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I- DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

[...]

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III

C) INCORRETO.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO VI- DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO
CAPÍTULO I- DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

[...]

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

D) INCORRETO.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO VI- DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I- DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

[...]

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

Fonte:

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - TÍTULO VI - DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	48	49	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única afirmativa INCORRETA é a letra “A”, pois as atividades da Auditoria Interna GUARDAM TOTAL similitude com aquelas exercidas pelos integrantes do Sistema de Controle Interno do órgão auditado.

A afirmativa “B” assim como as demais, está CORRETA.

Observa-se que a afirmação é de que a Auditoria interna deve **ORIENTAR, SUBSIDIARIAMENTE**, os dirigentes da entidade.

A interpretação da questão, também é item a ser avaliado e, nesse caso, em nenhum momento, a firma “B” diz que a Auditoria firma princípios e normas, mas sim que **ORIENTA SUBSIDIARIAMENTE**, quanto ao cumprimento das mesmas.

Portanto, não foi verificada qualquer incorreção na questão, devendo ser mantido o gabarito.

Cargo: Analista de Sistemas

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	7	3	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado desta questão elenca três períodos. No comando, solicita-se que seja identificada a alternativa onde esteja(m) o(s) período(s) em que a exclusão da vírgula implica alteração de sentido. Sendo assim, deve-se analisar a estrutura de cada um dos períodos. Em I, “No meio da década de 1970, ele decidiu transformar seu curso sobre escrita [...]”; nota-se que a vírgula está adequadamente empregada para indicar um complemento circunstancial deslocado, ou seja, indicar que o período está na ordem indireta. A exclusão da vírgula nesse período não implica alteração de sentido, apenas não marcaria a presença de complemento circunstancial deslocado. Em II, “O livro é claro e direto, sendo um exemplo em si das normas que ele debate.”; nota-se que a vírgula foi usada com o objetivo de separar a oração reduzida de gerúndio. As orações reduzidas de gerúndio classificam-se como subordinadas adjetivas ou adverbiais ou coordenadas, como é o caso da oração em análise. Nota-se que o período é composto por coordenação, já que, do ponto de vista estrutural, as orações são independentes: 1º período = o livro é claro e direto; 2º período = sendo [o livro] um exemplo em si das normas que ele debate. O desenvolvimento dessa forma reduzida resulta em: 1º período = o livro é claro e direto; 2º período e [o livro] é um

exemplo em si das normas que ele debate. A exclusão da vírgula, portanto, não implica alteração de sentido. Em III, “[...] imagine-se no Brasil, onde a tradição bacharelesca associou rebuscamento à erudição e à inteligência.”; nota-se que a vírgula foi usada para marcar uma oração subordinada adjetiva explicativa. Nesse caso, a exclusão da vírgula implica mudança de sentido, uma vez que a oração deixaria de ser explicativa e passaria a ser restritiva, sendo assim, ao invés de explicar, restringiria o significado do que enuncia ao Brasil. Essa análise revela que apenas a exclusão da vírgula no item III implica alteração de sentido, portanto, apenas a alternativa C atende ao comando desta questão. O gabarito preliminar está correto e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Editora Parábola, 2005.
- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010.
- FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo: Editora FTD S.A., 2011.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
8	1	8	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando desta questão solicita que seja identificada a alternativa onde a substituição da palavra destacada pelo sinônimo sugerido entre parênteses não provoca prejuízo semântico. Sendo assim, deve-se fazer a substituição, de acordo com o que se sugere em cada uma das alternativas e identificar em qual delas essa substituição provoca alteração de sentido. Na alternativa A, sugere-se: “Junto com a urbanização acelerada [...]” (ligeira); nota-se que a substituição de “acelerada” por “ligeira” não implica alteração de sentido, já que o adjetivo sugerido mantém a ideia de fenômeno de velocidade, veloz. Na alternativa B, sugere-se “[...] ele e é visto não apenas como arcaico [...]” (obsoleto); nota-se que essa substituição também não implica prejuízo semântico, já que a palavra sugerida é um sinônimo da palavra destaca no trecho, ou seja, arcaico, ultrapassado, obsoleto têm o mesmo escopo semântico (obsoleto = “que já não se usa; arcaico, antigo”, dicionário Houaiss). Na alternativa C, sugere-se “a tolerância com o passado escravocrata” (indulgência); nota-se que essa substituição também não implica alteração de sentido, uma vez que “indulgência” significa “clemência”, “misericórdia”, “absolvição de pena”. Na alternativa D, sugere-se “Trata-se de uma percepção reducionista e equivocada da realidade” (condicionante); nota-se que, em alguns contextos, a palavra sugerida pode funcionar como sinônimo da palavra destaca no trecho, no entanto, levando em consideração o contexto, “reducionista” foi usada com sentido de “que reduz” e não que condiciona, ou seja, que funciona como uma condição. Essa análise revela que apenas a substituição sugerida na alternativa D implica em alteração de sentido, portanto, apenas essa alternativa atende ao comando desta questão. O gabarito preliminar está correto e deve ser mantido.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola, 2010.
- FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. *Para entender o texto: leitura e redação*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	14	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considere, sem perda de generalidade, que o número de professores em cada departamento com doutorado é 20. Assim, tem-se que:

- Departamento de matemática: 80 professores no total e 20 com doutorado (razão: 1/4)
- Departamento de estatística: 50 professores no total e 20 com doutorado (razão: 2/5)

Assim, do total de 130 professores, 40 possuem doutorado, fornecendo a razão 4/13.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	12	14	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado, para descarregar 56 viagens, o trabalhador precisará fazer o trajeto ida e volta $56/4 = 14$ vezes. Cada trajeto ida e volta tem $76+76 = 152$ metros. Assim, serão gastos $152 \times 14 = 2128$ metros. Entretanto, no último trajeto, ao levar as últimas 4 caixas, o estoque estará completo. Dessa forma, não é necessário contabilizar o último retorno para que o estoque fique completo. Portanto, serão gastos $2128 - 76 = 2052$ metros.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	11	15	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão apresenta três afirmativas e afirma que apenas **uma** delas é verdadeira. Deve ser feita a análise de cada uma para que a alternativa correta seja alcançada:

- Se a afirmação “Cristiano dançou com Amanda” for verdadeira, a afirmação “Breno dançou com Bárbara ou Claudete” será falsa e chega-se em uma contradição, já que Breno deveria dançar com Amanda.
- Se a afirmação “Breno dançou com Bárbara ou Claudete” for verdadeira, a afirmação “Álvaro dançou com Amanda ou Claudete” será falsa e Álvaro dançou, portanto com Bárbara. Assim, Breno dançou com Claudete e Cristiano com Amanda. Porém como uma única afirmativa deve ser verdadeira, chega-se a mais uma contradição.
- Desse modo, a afirmação “Álvaro dançou com Amanda ou Claudete” é a única verdadeira. Então, a afirmativa “Breno dançou com Bárbara ou Claudete” é falsa. Dessa forma, Breno dançou com Amanda. Álvaro dançou com Claudete e Cristiano dançou com Bárbara.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	28	24	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As assertivas I e II são falsas, pois não reproduzem a letra da Lei 4.629/2015, vide:

Art. 3º Para efeitos desta lei, são adotadas as seguintes definições:

I - quadro de pessoal é o conjunto de cargos de carreira, cargos isolados, cargos de provimento em comissão e funções gratificadas existentes na Câmara Municipal Parauapebas;

X - cargo em comissão é o cargo de livre nomeação e exoneração, com a definição delineada na Constituição Federal e que poderá ser preenchido por servidor de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos estabelecidos em lei.

Assim, não merece guarida aos argumentos apresentados pelos candidatos.

Fonte:

- Lei 4629/2015 artigo 3º e seguintes.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	29	22	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não compete aos candidatos criar suposições, devendo-se limitar às informações contidas no enunciado para a resolução da questão. Não há informações de que houve requisição administrativa ou qualquer outra.

Assim, o ato do Prefeito viola a supremacia do interesse público, caracterizando ato de improbidade administrativa que importa em prejuízo ao erário caracterizado, pois um determinado grupo de particulares se beneficiaram do ato.

Fontes:

- Princípio da supremacia do interesse público – CF artigo 37 e Lei Orgânica Municipal
- Caso julgado pelo TJSP APELAÇÃO CÍVEL Nº 1002483-31.2018.8.26.0268.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	30	29	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A respeito da criação de despesa para a Administração por lei de iniciativa parlamentar, o STF no julgamento do ARE 878.911-RG, de relatoria do ilustre Min. GILMAR MENDES, julgado sob o rito da repercussão geral (Tema 917), em que se contestava a constitucionalidade de lei de iniciativa da Câmara de Vereadores que determinou a instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias, fixou a seguinte tese: *Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal).*

No caso em tela se aplica o mesmo entendimento. Embora a lei municipal crie obrigação de instalação de torneiras econômicas nas escolas públicas do Município, não trata da estrutura ou atribuição de órgãos do Poder Executivo, nem tampouco regime jurídico de servidores públicos, o que afasta de plano a inconstitucionalidade formal subjetiva, ou seja, o vício de iniciativa.

Na verdade, veicula matéria relacionada ao meio ambiente equilibrado, de responsabilidade do Estado (art. 225, caput da CRF/88), na medida em que obriga a implantação de torneiras econômicas em escolas públicas do Município, buscando defender e preservar o meio ambiente local ao conferir o melhor tratamento possível a este tão importante e escasso recurso natural que é a água.

Os recursos interpostos não devem ser acolhidos por serem fruto de deficiente conhecimento dos candidatos recorrentes, que não atentaram para o conteúdo do edital e da legislação proposta como fonte para os questionamentos da banca.

Fontes:

- Lei Orgânica Municipal do Município de Paraupébas;
- RE 1386784 AgR – Inexistência de usurpação de competência uma vez que a lei não trata da estrutura da Administração Pública, da atribuição de seus órgãos ou do regime jurídico dos servidores públicos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	39	37	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sobre o item em questão, sustenta o recurso que todas as assertivas estão corretas, porém segundo a documentação oficial do fabricante da ferramenta em questão, *Oracle*, o **JToggleButton** é uma implementação de um botão de dois estados e não a implementação de um botão múltiplo com um separador do modelo *ToggleButton*, como é afirmado na assertiva III.

Com relação às demais afirmativas entendemos que são verdadeiras, conforme descrito na documentação apontada na referência, sobre a biblioteca *Swing* para a versão da ferramenta especificada no comando da questão.

Diante dos argumentos supracitados a banca julga o arquivo **IMPROCEDENTE** mantendo o gabarito preliminar.

Fonte:

- <https://docs.oracle.com/javase/7/docs/api/javax/swing/package-summary.html>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	40	38	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sobre o item em questão, sustenta o recurso que a **assertiva III** deveria ser incorreta, porém segundo a cartilha de segurança para a internet produzida pelo Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br), um trojan do tipo ***Dropper*** instala outros códigos maliciosos, embutidos no próprio código do trojan e um trojan do tipo ***Destrutivo***, altera/apaga arquivos e diretórios, formata o disco rígido e pode deixar o computador fora de operação, portanto entendemos que está correto o que se afirma sobre o último tipo descrito na assertiva.

Com relação às demais afirmativas entendemos que são afirmativas verdadeiras, conforme descrito na referência apontada, sobre *tipos de códigos maliciosos*.

Diante dos argumentos supracitados a banca julga o arquivo **IMPROCEDENTE** mantendo o gabarito preliminar.

Fonte:

- <https://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	47	43	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na questão deve-se assinalar a sequência CORRETA sobre a terminologia de programas maliciosos. A alternativa A é a opção CORRETA com a sequência "V,F,V,F,V". De acordo com a solicitação do recurso, onde está descrito "*Spyware: integram publicidade em um determinado programa, gerando anúncios pop-ups ou redirecionando o navegador para um site comercial.*" é uma afirmativa VERDADEIRA por Adware ser um Spyware, não existindo a sequência "V,V,V,F,V". No entanto, essa afirmativa é FALSA, como descrito a seguir:

De acordo com [STALLINGS, pág. 386] as terminologias de *Spyware* e *Adware* são:

- **Spyware:** Software que coleta informações de um computador e as transmite para outro sistema;
- **Adware:** Contém publicidade integrada no software. Isso pode resultar em anúncios *pop-ups* ou o redirecionamento de um navegador para um site comercial.

Ou seja, a definição apresentada na afirmativa refere-se a terminologia de *Adware* e não *Spyware*, sendo a afirmativa FALSA.

Portanto, existe uma sequência CORRETA na questão, letra A, sendo o gabarito mantido.

Fonte:

- STALLINGS, WILLIAM. Redes e sistemas de comunicação de dados. 7º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	6	5	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um texto é tematicamente orientado; quer dizer, desenvolve-se a partir de um determinado tema, o que lhe dá unidade e coerência.

Em um texto argumentativo, como é o caso do texto em análise, as ideias principais, sem dúvida, são aquelas que mais diretamente convergem para o tema central do texto.

A identificação desse tema é fundamental, pois só assim é possível apreender o sentido global do texto, discernir entre suas partes, principais e outras secundárias, parafraseá-lo, dar-lhe um título coerente ou resumi-lo.

O candidato, portanto, deve ser capaz de identificar do que trata o texto, com base na compreensão do seu sentido global, estabelecido pelas múltiplas relações entre as partes que o compõem. Isso é feito ao relacionarem-se diferentes informações para construir o sentido completo do texto. Sendo assim, para que o candidato compreenda o texto, é necessário que este identifique que sua autora trata de assunto atualmente em voga no cenário acadêmico brasileiro que é a **norma-padrão elitista como legado cultural eurocêntrico**. Pode-se confirmar a temática discutida por meio da análise de dois parágrafos do texto (6º e 9º) em que a autora deixa claro que, se antes a discussão era sobre a norma-culta, o preconceito linguístico, a noção de erro gramatical e as variedades linguísticas, hoje, a discussão “ganhou novos contornos”. O foco não está mais na imposição da norma-padrão utilizada pela elite, mas na herança cultural eurocêntrica presente na norma-padrão. Dessa forma, a alternativa correta é letra B.

Fonte:

- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	8	4	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto.

Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Na presente questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e mobilize seus conhecimentos de mundo para chegar à conclusão de que, conforme afirma a autora, a estrutura sintática das variedades de menor prestígio social é mais **sintética** que a da norma-padrão...”. Assim, a norma popular ou linguagem coloquial ou informal é mais econômica, mais **concisa** que as estruturas características da norma-padrão. Essa ideia é comprovada por meio da seguinte passagem do texto: “...o pronome ‘nós’ já assinala o sujeito, que não precisaria ser repetido na desinência verbal ‘-mos’ de ‘pegamos’, e o artigo ‘os’ já assinala o plural, que não precisaria ser repetido na desinência de plural ‘-s’ ‘de peixes’”. Portanto, a alternativa correta é letra A.

Fonte:

- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
4	5	7	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As palavras são providas de sentido e, na maioria das vezes, são polissêmicas; ou seja, podem assumir, em contextos diferentes, significados também diferentes. Assim, para a compreensão de um texto, é fundamental que se identifique, entre os vários sentidos possíveis de uma determinada palavra, aquele que foi particularmente utilizado no texto.

O candidato precisa decidir, então, entre várias opções, qual aquela que apresenta o sentido com que a palavra foi usada no texto. Ou seja, o que se sobressai aqui não é apenas que o candidato conheça o vocabulário dicionarizado, pois todas as alternativas trazem significados que podem ser atribuídos à palavra analisada.

O que se pretende é que, com base no contexto, o candidato seja capaz de reconhecer o sentido com que a palavra está sendo usada no texto em apreço.

De acordo com o dicionário Houaiss (2001) e considerando o significado contextual de cada palavra destacada, o único sinônimo que não foi adequadamente reproduzido nos colchetes é aquele referente à palavra “**condescendente**”, que, na verdade, é o contrário de “intolerante”, já que “condescendente” significa *compassivo, compreensivo, tolerante, complacente*. Portanto, a resposta correta é letra D.

Fontes:

- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.
- HOUAISS, Antonio & VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	9	8	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na presente questão, é necessário que o candidato reconheça as relações coesivas do texto, mais especificamente as repetições ou substituições, que servem para estabelecer a continuidade textual. A compreensão de informações e ideias apresentadas pela autora ultrapassa a simples decodificação e depende da devida percepção dessas relações para o efetivo entendimento da leitura. Dessa forma, os pronomes anafóricos **que e seus**, empregados em A, C e D retomam o termo “norma-padrão. Apenas o pronome **que** presente no fragmento da alternativa B é que retoma outro referente, a saber, *o sujeito*. A alternativa correta é letra B.

Fonte:

- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	1	9	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na presente questão, é necessário que o candidato reconheça as relações coesivas do texto, mais especificamente as repetições ou substituições, que servem para estabelecer a continuidade textual. A compreensão de informações e ideias apresentadas pela autora ultrapassa a simples decodificação e depende da devida percepção dessas relações para o efetivo entendimento da leitura.

Dessa forma, os “as” têm a função de retomar, anaforicamente, o termo “*importantes matrizes culturais*”. Isso é possível porque os “as” são utilizados como pronomes demonstrativos, uma vez que substituem e apontam para “*importantes matrizes culturais*”. Para comprovar a coerência desta análise, poderíamos substituir os “as” pelo pronome demonstrativo “**aquela**”: “*Conquanto se fale muito no apagamento de importantes matrizes culturais,*

especialmente aquelas dos povos indígenas e aquelas dos africanos...”. Portanto, os “as” exercem função morfológica de pronome demonstrativo. A alternativa correta é letra B.

Fonte:

- Brasil, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SAEB; Inep, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
8	3	10	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Essa é uma questão que trabalha com a noção de paráfrase. A paráfrase, originária do grego para-phrasis (repetição de uma sentença), constitui-se na recriação textual, tendo como suporte um texto-fonte. Ao parafrasearmos um texto, estamos atribuindo-lhe uma nova “roupagem” discursiva, embora mantendo a mesma ideia contida no texto original.

Dessa forma, a única alternativa em que a reescrita **não** manteve o sentido do texto original, ou seja, a única opção em que **não** houve paráfrase foi a letra C. Em CI, o advérbio “naturalmente” incide sobre os termos “alargada ou modificada”, atribuindo-lhes ideia de modo. Já em CII, o advérbio “naturalmente” incide sobre “tem ocorrido”.

Em AI e AII, o termo “natural” caracteriza “defensores”, estando antes ou depois deste.

Já em BI e BII, o advérbio “difícilmente” incide sobre “os estratos menos escolarizados”, estando antes ou depois deste.

Por fim, em DI e DII, o adjetivo “obsoleta” caracteriza a expressão “a velha noção de erro gramatical” estando antes ou depois desta.

Assim, a resposta correta é letra C.

Fontes:

- <http://www.portugues.com.br/redacao/parodiaparafraseexemplosintertextualidade.html>
- TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. São Paulo: Scipione, 1996.
- <http://www.portugues.com.br/redacao/parodiaparafraseexemplosintertextualidade.html>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	4	1	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em I, a forma verbal “Aguardemos” se encontra flexionada na 1ª pessoa do plural do imperativo afirmativo. Embora a ideia de ordem, de imposição seja frequentemente expressa pelo uso do imperativo, no texto em análise, a autora faz apenas e tão somente uma sugestão ao seu leitor. Portanto, a proposição I está incorreta.

Já em II, o uso do futuro do pretérito na forma verbal “poderia haver” tem por finalidade indicar a possibilidade – portanto, não se trata de fato certo, real, concreto – de realização de um fato passado e não futuro, uma vez que na oração seguinte há presença de outro verbo também no passado: “era”. Portanto, a proposição II está incorreta.

Em relação à assertiva III, “tem” indica uma ação que acontece permanentemente e não se altera. Portanto, a proposição III está correta.

Por fim, em IV, a forma verbal “tem ocorrido” aponta para a ideia de que um fato teve início no passado, mas continua se realizando no momento presente. Portanto, a proposição IV está correta.

Dessa forma, estão corretas somente as proposições III e IV. O gabarito é letra B.

Fontes:

- SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática. Teoria e prática**. 25ª Ed. São Paulo: Atual, 1999.
- TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. São Paulo: Scipione, 1996.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	2	6	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Sacconi (1999, p. 478), “o pronome oblíquo átono pode ocupar três posições em relação ao verbo: antes (**próclise**), no meio (**mesóclise**) e depois (**ênclise**). Exemplos:

- Próclise: Nunca o vi antes.
- Mesóclise: Vê-lo-ei amanhã.
- Ênclise: Vejo-o amanhã.

Em A, na passagem “...um repositório ideológico eurocêntrico, que **se** impôs no Brasil...”, o **se** foi adequadamente empregado, pois o “que” é considerado fator de próclise, por se tratar de um pronome relativo. Portanto, de acordo com a norma culta, o uso da ênclise estaria inadequado.

Em B, “...esta seria falsa e opressiva enquanto ela seria real, leva-**nos** a imaginar...” a ênclise deve ser utilizada, pois há uma pausa no enunciado. Portanto, de acordo com a norma culta, o uso da próclise estaria inadequado.

Em D, no fragmento “Os estratos menos escolarizados (...) dificilmente **se** engajam nesse debate...”, o uso da próclise é recomendado em função da presença do advérbio “dificilmente”. Portanto, de acordo com a norma culta, o uso da próclise está adequado.

Por fim, em C, no excerto “A discussão desloca-**se**, portanto, do terreno da gramática para o da sociologia.”, é facultativo o uso da próclise e da ênclise quando houver presença de substantivo e também quando não haver fator de próclise.

Dessa forma, a única alternativa que apresenta o uso facultativo da próclise e da ênclise é a letra C.

Fontes:

- SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática. Teoria e prática**. 25ª Ed. São Paulo: Atual, 1999.
- TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. São Paulo: Scipione, 1996.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	13	12	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a sequência de figuras, a Figura 1 possui 3 quadrados coloridos, a Figura 2 possui 4 quadrados coloridos, a Figura 3 possui 5 quadrados coloridos e a Figura 4 possui 6 quadrados coloridos. Seguindo essa sequência, todas as figuras cujo número é múltiplo de 4 possuem 6 quadrados coloridos. Como 768 é divisível por 4, então uma figura que pode ser colocada nessa posição é a letra B.

DECISAO: MANTER O GABARITO

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	15	14	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão apresenta três afirmativas e afirma que apenas **uma** delas é verdadeira. Deve ser feita a análise de cada uma para que a alternativa correta seja alcançada:

- A primeira afirmativa não pode ser a única verdadeira, pois como a terceira afirmativa seria falsa, chegaria-se em uma contradição.
- A terceira afirmativa não pode ser a única verdadeira, pois Alessandra e Catarina não estão com tênis rosa e Bianca está com o tênis amarelo, também chegando em uma contradição porque alguém precisa estar com o tênis rosa.

- A única afirmativa verdadeira só pode ser a segunda. Assim, Bianca não está com o tênis amarelo, Catarina está com o tênis rosa e Alessandra não está com o tênis rosa. Portanto, Alessandra, Bianca e Catarina estão com os tênis amarelo, azul e rosa, respectivamente.

DECISAO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	12	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para a correta resolução da questão, note que como Paulo venceu 4 das apostas, ele acumulou 40 reais e Pedro – 40 reais. Para que o saldo de Pedro chegue a 30 reais ao fim de todas as partidas, ele ganhou outras 7 partidas. Assim, foram disputadas $4+7 = 11$ partidas.

DECISAO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	11	13	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Inicialmente, cada grupo possui 60 pessoas. Com a utilização da urna, os 13 visitantes restantes são distribuídos entre os grupos de maneira aleatória. Cada afirmativa possui uma análise abaixo:

- “Nenhum grupo teve 60 turistas” – Falso, pois os seguintes grupos podem ser formados:

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
60	60	60	73

- “Pelo menos um grupo teve 63 turistas” – Falso, pois os seguintes grupos podem ser formados:

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
60	60	60	73

- “Um grupo possui mais de 64 turistas” – Falso, pois os seguintes grupos podem ser formados:

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
63	63	63	64

- “Algum grupo tem, no máximo, 63 turistas” – Verdade. A maneira mais “equilibrada” de formar os 4 grupos é fazer, por exemplo:

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
63	63	63	64

Logo, qualquer outra configuração vai garantir que pelo menos um grupo tenha, ao máximo, 63 membros.

DECISAO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	19	20	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito da questão deve ser mantido, pois a afirmação de que o EDVAC é o computador que atende às características descritas na questão e que é o novo computador, o qual surgiu após o ENIAC está certa. Segundo o autor William Stallings na obra *Arquitetura e Organização de Computadores: Projeto para o Desempenho*, 5. Ed, São Paulo, Prentice Hall, 2002, p.20, “este computador surgiu após o ENIAC. A tarefa de carregar e de modificar um programa no ENIAC era extremamente tediosa. O processo de programação poderia ser extremamente facilitado se um programa pudesse ser representado de maneira adequada, de modo que fosse armazenado na memória, juntamente com os dados. Assim, o computador poderia obter as instruções diretamente, a partir da memória, e um programa poderia ser carregado ou modificado simplesmente atribuindo valores a posições de memória. Essa ideia, conhecida como conceito de programa armazenado, geralmente é atribuída aos projetistas do ENIAC, principalmente ao matemático John von Neumann, que era um dos consultores no projeto do ENIAC. Ela foi simultaneamente concebida por Alan Turing. A primeira publicação da ideia, concretizada em uma proposta formulada por von Neumann, ocorreu em 1945, para um novo computador, o EDVAC (Computador Variável Discreto Eletrônico — Electronic Discrete Variable Computer)”.

Fonte:

- William Stallings. *Arquitetura e Organização de Computadores: Projeto para o Desempenho*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002, p.20.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	16	18	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito da questão deve ser mantido, pois a afirmação de que hardware formado por um conjunto de circuitos eletrônicos e que tem como função principal armazenar dados por um tempo determinado (temporário) ou indeterminado é a memória está certa. Segundo o autor Rodolfo Barriviera na obra *Informática básica aplicada a ciências agrárias*, Londrina: EDUEL, 2008, p. 32, “memória é o dispositivo formado por um conjunto de circuitos eletrônicos capaz de armazenar dados por um tempo determinado (temporário) ou indeterminado”. Com relação às outras alternativas, o enunciado da questão é bem claro quando menciona “tem como função principal”, ou seja, todas as demais alternativas possuem dispositivos que não possuem a função de armazenamento temporário como sua função principal.

Fonte:

- Rodolfo Barriviera. *Informática básica aplicada a ciências agrárias*. Londrina: EDUEL, 2008, p. 32.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	24	22	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “a” é falsa, pois, nos termos do art. 20 da LOM, o vereador ficará licenciado, se investido no cargo de Secretário Municipal. A assertiva “b” é verdadeira, pois a residência no Município é um dos deveres do vereador, conforme art. 127 do Regimento Interno da Câmara e, o descumprimento de deveres, implica a possibilidade de perda do mandato. A assertiva “c” é falsa, pois, após a diplomação, é vedado ao vereador aceitar cargo comissionado, conforme art. 16. A assertiva “d” é falsa pois, nem sempre ocorrerá o direito ao recebimento do subsídio e da remuneração, conforme art. 132 do Regimento interno e 132 da LOM. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fontes:

- Lei Orgânica do Município de Parauapebas;

- Regimento Interno da Câmara.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	25	23	21

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta no que lhe assiste razão, pois a assertiva evidenciada como correta destaca que a apreciação do veto se dá em votação secreta, contudo, as deliberações da Câmara dar-se-ão por voto aberto. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fontes:

- Lei Orgânica do Município de Parauapebas;
- Regimento Interno da Câmara.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	23	21	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca. A assertiva “a” é verdadeira, pois a participação em programa de treinamento conta como efetivo exercício, nos moldes do art. 44, III do Estatuto dos Servidores. A assertiva “b” é falsa, pois o descanso aos domingos é preferencial e não obrigatório, conforme art. 56. A assertiva “c” é falsa, pois o ato de exoneração gera a vacância imediata, art. 45, não havendo previsão na lei de direito de desistência. A assertiva “d” é falsa, pois a preferência é do servidor que esteja a mais tempo em disponibilidade, conforme art. 49, § 2º. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Estatuto dos Servidores do Município de Parauapebas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	42	32	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Frequente não é um tipo de microfone, razão pela qual só existe uma alternativa correta para a questão, sendo esta a alternativa D, de maneira que o gabarito permanece inalterado.

Fontes:

- <https://www.oficinadanet.com.br/hardware/38323-quais-tipos-microfones>
- http://w2.ifg.edu.br/goiania/mecanica/images/Arquivos/TCC_MECANICA/ata2015-03em_autor_lucas_e_pedro_avaliacao_micofones_em_contole_ativo_ruidos_dutos.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	35	34	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se abaixo a explanação de cada alternativa da presente questão:

Letra A: erro: calcular hertz;

Letra B: erro: avaliar potencial vocal;

Letra C: resposta correta;

Letra D desconsiderar novos plug-ins.

Fonte:

- Gomes, Leonardo Costa Áudio digital: livro didático / Leonardo Costa Gomes 3. ed. – Palhoça: UnisulVirtual, 2011. 271 p.: il. ; 28 cm.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	40	27	29

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa informada no gabarito está correta, de acordo com o solicitado no enunciado da questão, porém a razão recursal refere-se à forma de utilização do cabo e não a respeito da sua função, razão pela qual fora respondida de forma prejudicada.

Fonte:

- https://www.academia.edu/3992469/Equaliza%C3%A7%C3%A3o_de_Sinais_de_%C3%81udio

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	44	28	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O som é, naturalmente, um sinal analógico. Um sinal analógico é contínuo, o que significa que não há pausas nem interrupções. Os sinais digitais não são contínuos. Usam-se valores específicos para representar a informação. No caso do som, representa-se uma onda de som como uma série de valores que representam tom e volume sobre o comprimento da gravação.

Fonte:

- <https://tecnologia.umcomo.com.br/artigo/qual-a-diferenca-entre-som-analogico-e-digital-21262.html>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	30	42	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O padrão XLR pode ter entre 3 e 7 pinos. O padrão mais comum tem 3 pinos e serve para levar um sinal mono balanceado do microfone para o gravador, mixer ou mesa de som. O sinal balanceado evita que o sinal sofra interferências externas, permitindo assim que o cabo tenha um comprimento muito longo, às vezes de dezenas de metros. Atualmente, o indicado é que se use o XLR para gravações profissionais.

Fontes:

- <https://www.audiofilico.com/2017/11/tipos-de-conectores-de-audio.html>
- Gomes, Leonardo Costa Áudio digital: livro didático / Leonardo Costa Gomes 3. ed. – Palhoça: UnisulVirtual, 2011. 271 p.: il. 28 cm.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	32	45	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso afirma que o tema da questão não se encontra no edital, porém estamos tratando de captura de som. Portanto o recurso torna-se improcedente.

Fonte:

- Edital do concurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	33	43	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É comum confundir impedância com resistência, porque o segundo é um dos fenômenos que criam o primeiro, mas não o único. Resistência é uma propriedade dos materiais utilizados nos componentes que causam “perda” da energia contida na corrente.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	34	44	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta é a letra D, de maneira que as afirmativas corretas são I, II e IV, razão pela qual a afirmativa III está incorreta, na medida que os compressores não se relacionam com efeitos artísticos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	36	39	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme solicitado no comando da questão, a única alternativa que não corresponde a um tipo de equalizador se encontra na alternativa B) Rotativo, pois rotativo é um compressor de refrigeração. Sendo assim, as demais alternativas se encontram corretas, de maneira que o gabarito permanece inalterado.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	37	40	45

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A Melodia caminha por entre o Ritmo. A Melodia normalmente é a parte mais destacada da Música, é a parte que fica a cargo do Cantor, ou de um instrumento como Sax ou de um solo de Guitarra e etc. Sempre que ouvir um Solo - notas tocadas individualmente - você estará ouvindo uma Melodia, porém tal questionamento realizado na presente questão não consta no conteúdo programático, razão pela qual a presente questão foi anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	26	30	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Diante do questionamento do recurso onde questiona-se o conceito de som, verifica-se a definição diante da bibliografia: O som é um fenômeno acústico. Sons são ondas produzidas pela vibração de um corpo qualquer, transmitida por um meio (gasoso, sólido ou líquido), por meio de propagação de frequências regulares ou não, que são captadas pelos nossos ouvidos e interpretadas pelos nossos cérebros.

Fonte:

- <http://www.arte.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=136#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20som%3F,e%20interpretadas%20pelos%20nossos%20c%C3%A9rebros.>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
2	7	10	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os protagonistas do texto se olham, em certo momento, em um silêncio profundamente intenso e tudo à sua volta deles se acaba, se encerra. O trecho literal que especifica, ou seja, explicita tal ação é: “[...] lá estava uma menina, como se fora carne de sua ruiva carne. Eles se fitavam profundos, entregues, ausentes de Grajaú”. Os trechos destacados confirmam claramente o questionamento abordado. Deve-se, portanto, considerar a afirmativa dentro do sentido, ou seja, dentro do contexto textual. “No meio de tanta vaga impossibilidade e de tanto sol, ali estava a solução para a criança vermelha. E no meio de tantas ruas a serem trotadas, de tantos cães maiores, de tantos esgotos secos – lá estava uma menina, como se fora carne de sua ruiva carne. Eles se fitavam profundos, entregues, ausentes de Grajaú. Mais um instante e o suspenso sonho se quebraria, cedendo talvez à gravidade com que se pediam”. A opção de resposta B não atende absolutamente ao questionamento abordado, haja vista que a informação destacada no trecho “Que foi que se disseram? Não se sabe. Sabe-se apenas que se comunicaram rapidamente, pois não havia tempo” contradiz as elucidações dispostas no enunciado da questão: “Os protagonistas do texto se olham, em certo momento, em um silêncio profundamente intenso e tudo à volta deles se acaba, se encerra”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	8	2	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o contexto textual evidenciado no 2º§, é possível verificar uma contradição, ou seja, um paradoxo, ou seja, um antagonismo em: “Na rua vazia as pedras vibravam de calor – a cabeça da menina flamejava. Sentada nos degraus de sua casa, ela suportava. Ninguém na rua, só uma pessoa esperando inutilmente no ponto do bonde. E como se não bastasse seu olhar submisso e paciente, o soluço a interrompia de momento a momento, abalando o queixo que se apoiava conformado na mão”. Dessa forma, se a rua se encontrava vazia, se não havia ninguém na rua, como é possível afirmar que tinha “só uma pessoa esperando inutilmente no ponto do bonde”? Conclui-se, portanto, que se havia uma pessoa, a rua não estava vazia, havia, sim, alguém na rua.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	10	4	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o contexto textual em que se encontra empregado, o vocábulo “fremia” pode ser substituído, sem alteração de sentido, por: estremecia; agitava; tremia; arrepiava; tremer. As demais opções de respostas comprometem a compreensão da afirmação, ou seja, altera a conjuntura textual.

Fonte:

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
8	3	7	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Levando em consideração a conjuntura textual, ou seja, o contexto que a expressão foi devidamente empregada, a expressão “insolente” significa: atrevida; arrogante; petulante; soberba; presunçosa. As demais opções de respostas apresentadas para análise são inadequadas ao sentido textual; dessa forma, prejudicam e comprometem a compreensão da informação textual.

Fonte:

- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	15	12	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considere, sem perda de generalidade, que o número de professores em cada departamento com doutorado é 20. Assim, tem-se que:

- Departamento de matemática: 80 professores no total e 20 com doutorado (razão: 1/4)
- Departamento de estatística: 50 professores no total e 20 com doutorado (razão: 2/5)

Assim, do total de 130 professores, 40 possuem doutorado, fornecendo a razão 4/13.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	12	14	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado, para descarregar 56 viagens, o trabalhador precisará fazer o trajeto ida e volta $56/4 = 14$ vezes. Cada trajeto ida e volta tem $76+76 = 152$ metros. Assim, serão gastos $152 \cdot 14 = 2128$ metros. Entretanto, no último trajeto, ao levar as últimas 4 caixas, o estoque estará completo. Dessa forma, não é necessário contabilizar o último retorno para que o estoque fique completo. Portanto, serão gastos $2128 - 76 = 2052$ metros.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	13	11	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda uma situação hipotética envolvendo relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios, sendo resolvida a partir de um raciocínio verbal e/ou raciocínio matemático.

Se Luciano tiver muita sorte, com duas retiradas ele pode conseguir o par de bandanas da mesma cor. Sem contar com a sorte, teremos de encontrar o número mínimo de bandanas que ele deve pegar para ter certeza de obter duas bandanas de mesma cor. Com cinco bandanas ainda é possível ter cada uma de uma cor diferente (roxa, verde, lilás, vermelha e azul). A partir da sexta bandana, necessariamente teremos duas bandanas de mesma cor. Logo, a resposta é 6.

DECISAO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	11	13	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão apresenta três afirmativas e afirma que apenas **uma** delas é verdadeira. Deve ser feita a análise de cada uma para que a alternativa correta seja alcançada:

- Se a afirmação “Cristiano dançou com Amanda” for verdadeira, a afirmação “Breno dançou com Bárbara ou Claudete” será falsa e chega-se em uma contradição, já que Breno deveria dançar com Amanda.
- Se a afirmação “Breno dançou com Bárbara ou Claudete” for verdadeira, a afirmação “Álvaro dançou com Amanda ou Claudete” será falsa e Álvaro dançou, portanto com Bárbara. Assim, Breno dançou com Claudete e Cristiano com Amanda. Porém como uma única afirmativa deve ser verdadeira, chega-se a mais uma contradição.
- Desse modo, a afirmação “Álvaro dançou com Amanda ou Claudete” é a única verdadeira. Então, a afirmativa “Breno dançou com Bárbara ou Claudete” é falsa. Dessa forma, Breno dançou com Amanda. Álvaro dançou com Claudete e Cristiano dançou com Bárbara.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	23	30	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A respeito da criação de despesa para a Administração por lei de iniciativa parlamentar, o STF no julgamento do ARE 878.911-RG, de relatoria do ilustre Min. GILMAR MENDES, julgado sob o rito da repercussão geral (Tema 917), em que se contestava a constitucionalidade de lei de iniciativa da Câmara de Vereadores que determinou a instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias, fixou a seguinte tese: *Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal)*.

No caso em tela se aplica o mesmo entendimento. Embora a lei municipal crie obrigação de instalação de torneiras econômicas nas escolas públicas do Município, não trata da estrutura ou atribuição de órgãos do Poder Executivo, nem tampouco regime jurídico de servidores públicos, o que afasta de plano a inconstitucionalidade formal subjetiva, ou seja, o vício de iniciativa.

Na verdade, veicula matéria relacionada ao meio ambiente equilibrado, de responsabilidade do Estado (art. 225, caput da CRF/88), na medida em que obriga a implantação de torneiras econômicas em escolas públicas do Município, buscando defender e preservar o meio ambiente local ao conferir o melhor tratamento possível a este tão importante e escasso recurso natural que é a água.

Os recursos interpostos não devem ser acolhidos por serem fruto de deficiente conhecimento dos candidatos recorrentes, que não atentaram para o conteúdo do edital e da legislação proposta como fonte para os questionamentos da banca.

Fontes:

- Lei Orgânica Municipal do Município de Paraupebas;

- RE 1386784 AgR – Inexistência de usurpação de competência uma vez que a lei não trata da estrutura da Administração Pública, da atribuição de seus órgãos ou do regime jurídico dos servidores públicos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	28	22	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não existe nenhuma ilegalidade de uma Fundação Escola Privada promover processo seletivo para contratação de professores, sendo certo que uma vez aprovado o mesmo é considerado concursado. Pois bem, feitos esses esclarecimentos, o enunciado da questão deixou claro não haver incompatibilidade de horário nas funções. Ademais, o exercício do magistério não é função que gera a incompatibilidade ou impedimento para o exercício de mandato eletivo.

Fonte:

- Lei Orgânica Municipal.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	24	25	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está correta, insere nos conhecimentos atinentes ao raciocínio lógico e noções de direito, conforme previsto no edital do certame. Em matéria de concurso público, primordial a verificação da questão proposta ao edital e aos princípios atinentes ao conteúdo disciplinar, o que foi efetivado no caso vertente.

Fontes:

- Lei Orgânica Municipal;
- CNJ – 0004792-36.2014.2.00.0000- PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS E PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PRAZO DE VALIDADE. PRORROGAÇÃO. ATO DISCRICIONÁRIO. AUTONOMIA DO TRIBUNAL.

FONTE – CNJ – 0004792-36.2014.2.00.0000- PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS E PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PRAZO DE VALIDADE. PRORROGAÇÃO. ATO DISCRICIONÁRIO. AUTONOMIA DO TRIBUNAL. CANDIDATOS APROVADOS E NÃO CLASSIFICADOS. EXPECTATIVA DE DIREITO À NOMEAÇÃO.

1. A prorrogação do prazo de validade de concurso público, prevista no art. 37, III, da CF/1988, constitui ato discricionário da Administração, que deverá analisar aspectos de oportunidade e conveniência.
2. A escolha pela prorrogação ou não do concurso, notadamente quando já nomeados todos os aprovados dentro do número de vagas estabelecidas no edital, não implica em ilegalidade suficiente a demandar a atuação deste Conselho. Escoado o prazo de vigência do certame, sem que tenha sido prorrogado, o disposto no art. 37, III, da CF, não permite à Administração instituir novo prazo de validade, pois prorrogar significa estender prazo ainda existente para além do seu termo final.
3. Ainda que surjam novas vagas durante o prazo de validade do certame, o candidato aprovado além das vagas fixadas originalmente possui tão somente expectativa de direito à nomeação.
4. Precedentes do STF e do STJ.
5. Pedido julgado improcedente.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	39	36	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “A referência que o autor faz à relação existente entre texto e contexto em “A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.” (1o§) sugere que:” a alternativa “C) Há uma relação de dependência entre compreensão textual, texto e contexto; sendo cada um dos elementos citados, distintos entre si.” Compreensão de textos: é a decodificação da mensagem, ou seja, análise do que está no explícito no texto. Interpretação de textos: é a interpretação que fazemos do conteúdo, ou seja, quais conclusões chegamos por meio da conexão de ideias e, por isso, vai além do texto. O contexto é uma circunstância essencial na produção de textos. Ele corresponde ao conjunto de conjunturas (materiais ou abstratas) que rodeiam um acontecimento ou fato. Assim, o contexto são todas as informações que acompanham o texto, modo pelo qual as ideias se encadeiam no discurso. Sendo assim, o contexto corresponde ao ambiente físico ou situacional e pode ser uma referência histórica, social, cultural, familiar. Para compreendermos a mensagem de um texto, precisamos estar a par do contexto ao qual pertence. Isso para que a mensagem transmitida pelo locutor (autor, emissor) seja inteligível para o interlocutor (leitor, receptor). Nesse sentido, uma piada pode não fazer sentido, quando por exemplo está contextualizada numa determinada cultura, a qual não faz parte do seu repertório interpretativo. O texto designa uma manifestação linguística expressa por meio das ideias ou argumentos de um autor. Essas ideias serão interpretadas pelo leitor de acordo com seus conhecimentos linguísticos, culturais, sociais, históricos. Dessa maneira, fica claro que o sentido atribuído ao texto são muitos, pois varia de acordo com a situação comunicativa na qual está inserida. Ou seja, cada indivíduo atribui sentidos diferentes aos textos, de acordo com situações comunicativas distintas. A partir desse princípio, podemos concluir que o contexto está intimamente relacionado à semântica (sentido) de determinada situação comunicativa. A alternativa “A) O contexto pode adquirir novo significado em cada texto de acordo com a intencionalidade comunicativa.” não pode ser indicada como correta. Não é o contexto que adquire novo significado, mas sim o texto de acordo com o contexto que é muitas vezes, um agente externo ao texto conforme expresso anteriormente.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é e como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999. COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	31	32	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “[...] desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo.” (1o§) Considerando a expressão destacada, é correto afirmar que:” a alternativa “B) Permite estabelecer relação com termo antecedente provocando sua manutenção no texto.” foi adequadamente indicada como correta. Pronomes relativos são os que se relacionam com um termo anterior. Por isso, ao mesmo tempo que desempenham o papel de pronomes, também exercem a função de conectivos. São eles: que, quem, quando, como, onde e suas variáveis. Exemplo: Essa é a lista dos documentos. Os documentos foram destruídos. Essa é a lista dos documentos que foram destruídos. Nesse exemplo, o pronome “que” é relativo aos documentos, o que quer dizer que a oração “que foram destruídos” é uma oração subordinada. A anáfora é o processo de repetição ou retomada de uma palavra/referente utilizado anteriormente na frase ou no texto. A alternativa “C) Admite a substituição por “na qual” sem que haja qualquer prejuízo semântico ou sintático.” não pode ser indicada como correta. Em “[...] desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo.” (1o§) o referente é “experiências mais remotas”, assim, “na qual” não estabelece a concordância adequada.

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	40	39	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Acerca da abordagem do tema no texto pelo autor, pode-se afirmar que:”, a alternativa “A) É possível reconhecer a predominância de subjetividade em relação ao principal assunto tratado.” foi adequadamente indicada como correta. Quando falamos em subjetividade, logo nos remetemos à ideia de um envolvimento maior, retratando impressões pessoais, revelando emoções e sentimentos e até mesmo utilizando de certo tom conotativo. A alternativa “B) Há predominância de objetividade, clareza e persuasão indicando o propósito do tipo textual apresentado.” não pode ser indicada como correta. De acordo com o exposto anteriormente.

Fonte:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	36	34	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De modo predominante, pode-se afirmar que as estruturas apresentadas no texto indicam aspectos da estrutura linguística observada pela gramática:”, a alternativa “D) Prescritiva ou normativa.” foi adequadamente indicada como correta. A gramática é um sistema complexo e passível de diversas concepções. Por isso, ela é dividida em tipos distintos: gramática normativa, descritiva, histórica e comparativa. A Gramática tem como principal função regular a linguagem e estabelecer padrões de escrita e fala para os falantes de uma língua. Graças à Gramática, a língua pode ser analisada e preservada, apresentando unidades e estruturas que permitem o bom uso da língua portuguesa. A Gramática apresenta as regras, mas quem movimenta e faz da língua um sistema vivo e mutável somos nós, agentes da comunicação. Por ser um sistema complexo e passível de diversas concepções, a Gramática apresenta abordagens diversas, sendo dividida, então, em tipos distintos: Gramática Normativa: Bastante utilizada em sala de aula e para diversos fins didáticos, a Gramática Normativa busca a padronização da língua, indicando através de suas regras como devemos falar e escrever corretamente. Aqui a abordagem privilegia a prescrição de regras que devem ser seguidas, desconsiderando os fatores sociais, culturais e históricos aos quais estão sujeitos os falantes da língua. De acordo com o enunciado da questão, as estruturas a serem observadas são as utilizadas e não aquelas das quais o autor possa ter feito sua abordagem.

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	44	50	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso impetrado é improcedente, pois, conforme relatado, o cabeçalho é a parte inicial da lei, não incluída no texto legal, mas necessária para identificá-la na ordem legislativa, no tempo e no espaço. Ele constitui-se da epígrafe, ementa e preâmbulo. Todos, fazem parte da parte preliminar da Lei, conforme informado na razão recursal. E, ainda, todos os termos constam do conteúdo programático publicado no edital deste concurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	46	41	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso impetrado é improcedente, pois, a segunda assertiva: *“Integridade, irredutibilidade, coerência, correspondência e realidade são requisitos que devem ser observados nas normas jurídicas mediante elaboração das leis”* esses preceitos que devem ser observados na elaboração das leis, não consta na redação da Lei Complementar Federal nº 95/1998 e, tampouco foi mencionado na questão que estaria.

Tais preceitos são tópicos importantes citados pela Técnica Legislativa, que, em sentido amplo, compreende um aspecto externo, que abrange a preparação, emissão e publicação dos atos normativos, e outro interno, que se refere ao conteúdo jurídico e à forma desses atos. E, a Técnica Legislativa, por sua vez, é parte do conteúdo programático deste edital.

Por integralidade, entende-se que a lei deve ser completa, deve tratar de toda a matéria que se propõe, sem necessidade de outras normas que lhe completem o sentido. A integralidade, porém, não impede que a lei seja regulamentada por outro ato normativo, como o decreto, que abordará detalhes formais e adjetivos relativos à execução do disposto na lei. Esta se limitará aos aspectos substantivos essenciais da matéria.

A irredutibilidade da lei exige que o ato legislativo se atenha aos fins a que visa, evitando dispor sobre matérias já reguladas por atos da mesma natureza. Caso se pretenda o aperfeiçoamento de normas vigentes, deve-se optar pela edição de lei modificativa.

A coerência expressa a necessidade de se evitarem contradições. A contradição está no fato de se regular uma mesma matéria de maneira diferente.

A correspondência da lei está na observância da hierarquia das normas que compõem o ordenamento jurídico. Toda norma jurídica está subordinada à Constituição e deve observar seus próprios limites, evitando invadir a competência de outra.

A realidade da lei é a adequação à realidade social, política, econômica, cultural e histórica do povo. Essa adequação evita a edição de atos legislativos inócuos, de leis que não podem ser cumpridas.

Ademais, o argumento de que a legislação não apresenta a palavra articulado não se justifica, uma vez que os conteúdos propostos para estudo no edital, não se limitam à Lei especificamente, mas também sobre a Técnica Legislativa como um todo. E, faz parte da Técnica Legislativa, a articulação do texto normativo. E, o texto normativo traz os elementos de articulação como, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea e o item, que em conjunto, são chamados de articulado.

O tema e o termo, portanto, são objeto de estudo para este concurso.

Fonte:

- CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional Didático. 5ª ed. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1997, pp. 35-37.

Cargo: Técnico em Tecnologia da Informação

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
6	1	5	2

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando-se os vários empregos da partícula “se”, identifique a indicação correta em relação ao destacado a seguir:” a alternativa “C) “Muito se especula se ele será a ruína da monarquia, [...]” (5o§) / indeterminação do sujeito” não pode ser indicada como correta. A palavra “se”, quando empregada junto a verbos intransitivos ou transitivos indiretos, não exerce qualquer função sintática na oração. A sua forma está sendo empregada tão somente para marcar um sujeito indeterminado. Exemplos:

Morre-se de fome. ...[morrer: verbo intransitivo] ...[se: índice de indeterminação do sujeito = alguém morre]
Acreditava-se nas palavras do messias. ...[acreditar: verbo transitivo indireto] ...[se: índice de indeterminação do sujeito = alguém acreditava]. O verbo “especular” possui transitividade direta, portanto, o “se” trata-se de partícula apassivadora. O trecho “Com sangue, suor, lágrimas, ferro e fogo, decapitações, esquartejamentos, revoluções políticas, religiosas e econômicas, o parlamentarismo monárquico britânico se assegurou e a identidade daquele Reino Unido – não sem algum moderno questionamento separatista ou republicano – se consolidou.” demonstra que a alternativa “B) “[...] o parlamentarismo monárquico britânico se assegurou [...]” (4o§) / partícula expletiva” não pode ser considerada correta. A omissão do “se” implicaria em prejuízo gramatical já que o verbo transitivo “assegurou” exige um complemento.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	14	15	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão apresenta três afirmativas e afirma que apenas **uma** delas é verdadeira. Deve ser feita a análise de cada uma para que a alternativa correta seja alcançada:

- A afirmativa I não pode ser a única verdadeira, pois a afirmativa II seria falsa e chega-se a uma contradição (Joana leciona análise real e Patrícia leciona análise real)
- A afirmativa II não pode ser a única verdadeira, pois implicaria que as afirmativas I e III são falsas. Desse modo, Joana e Patrícia não lecionam análise real e Mariana leciona estatística, o que seria uma contradição também (alguma professora precisa lecionar análise real)
- Desse modo, a afirmativa III é a única verdadeira. Assim, as afirmativas I e II são falsas. Portanto, Mariana não leciona estatística, Patrícia leciona análise real e Joana não leciona análise real. Consequentemente, Patrícia, Mariana e Joana lecionam, respectivamente, análise real, álgebra linear e estatística.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	15	13	11

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão apresenta duas soluções:

- A urna examinada pode ser a etiquetada como “Amarelas e Roxas”. Se a bolinha for amarela, então a urna etiquetada como “Amarelas” contém as bolinhas misturadas e a urna etiquetada como “Roxas” contém

as bolinhas amarelas. Se a bolinha for roxa, então a urna etiquetada como “Roxas” contém as bolinhas misturadas e a urna etiquetada como “Amarelas” contém as bolinhas roxas.

- A urna examinada pode ser a etiquetada como “Amarelas”. Se todas as bolinhas forem retiradas, será de conhecimento o seu rótulo verdadeiro. Como nenhuma etiqueta foi colocada corretamente, os demais rótulos saem por eliminação.

DECISÃO: ANULAR A QUESTÃO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	13	14	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Note que cada termômetro mede uma temperatura em determinada escala (de 10°C a 25°C). Para avaliar a precisão de todos os termômetros, eles devem ser comparados em uma mesma métrica. Assim, note que:

- No termômetro 1, cada 5°C há uma perda de precisão de 0,1°C (9,8°C em 10°C).
- No termômetro 2, cada 5°C há uma perda de precisão de 0,1°C (14,7°C em 15°C).
- No termômetro 3, cada 5°C há uma perda de precisão de 0,15°C (19,4°C em 20°C).
- No termômetro 4, cada 5°C há uma perda de precisão de 0,08°C (24,6°C em 25°C).

Dessa forma, por permitir uma perda menor de precisão, o termômetro 4 é o mais preciso.

DECISÃO: MANTER O GABARITO.

Fonte:

- MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico-Quantitativo**. Elsevier Brasil, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	23	25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a Câmara Municipal de Paraúpebas/PA tem, de fato, 15 vereadores, todavia, o enunciado da questão traz apenas uma conjectura: partindo-se da hipótese de que a Câmara seja formada por 17 vereadores, analise o quórum de votação para as assertivas apontadas. No caso, para a assertiva “a”, são exigidos votos de 2/3 dos vereadores, conforme art. 39 da LOM, assim, a assertiva é falsa. A assertiva “b” é falsa, pois o presidente somente votará quando houver empate, quando exigido quórum de 2/3 e nas votações secretas, conforme art. 32, § 2º. A assertiva “c” está correta, pois a convocação extraordinária depende da maioria dos membros da Câmara, conforme art. 31, II. A assertiva “d” é falsa, pois, para funcionar, basta a presença de 1/3 de seus membros, conforme art. 32, caput da LOM. RECURSO IMPROCEDENTE. GABARITO MANTIDO.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Paraúpebas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	21	24	22

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O recorrente sustenta que a questão não oferece resposta no que lhe assiste razão, em face da interpretação do termo convivente, em sua construção como estado civil. RECURSO PROCEDENTE. QUESTÃO ANULADA.

Fonte:

- Estatuto dos Servidores Município de Paraúpebas e art. 1723 de Código Civil.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	28	26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O autor PAIXÃO (2014, p.117) apresenta algumas características dos chipsets Intel® Z87, Z77 Express e 79X Express. Os dois primeiros são compatíveis com a família Core™ i3, i5 e i7 de 4ª geração, com encapsulamento LGA1150, e eles possuem placa de vídeo integrada (GPU) no mesmo encapsulamento e não necessitam gerenciamento por parte do chipset. Independente da geração da família Core™, não há gerenciamento de memória por parte do chipset, pois todos os processadores dessa família possuem controlador de memória integrado no próprio processador. Mas isso não diminuiu a importância do chipset, pois ele continua a gerenciar grande parte dos periféricos internos e externos conectados no PC.

Tabela 6.6 - Principais características dos chipsets Intel® Z87, Z77 e 79X

Chipset	Intel® Z87 (DH82Z87 PCH)	Intel® Z77 Express (BD82Z77 PCH)	Intel® 79X Express
Processador			
Modelo	Core™ i3, i5 e i7 4ª Geração	Core™ i3, i5 e i7	Core™ i7 2ª Geração
Conexão do encapsulamento	LGA1150	LGA1150	LGA2011
Placa de vídeo integrada (GPU)	Sim	Sim	Não
Suporte para Overclock	Sim	Sim	Sim
Memória DRAM (CANAL DIRETO COM O PROCESSADOR)			
Tipo de memória	DDR3 em 1 X Duplo Canal	DDR3-1600 MHz 1 X Duplo Canal	DDR3-1600 MHz 2 X Duplo Canal
Pente de memória	DDR3-1600 MHz	DDR3-1600 MHz	1600 MHz
Soquetes suportados	2 DIMM/240	2 DIMM/240	4 DIMM/240

Fonte:

- Paixão, Renato R. **Arquitetura de Computadores - PCs**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	29	27	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa diz que:

Segundo Hennessy (2019, p.117) O i7 suporta a arquitetura de conjunto de instruções x86-64, uma extensão de 64 bits da arquitetura 80x86. O i7 é um processador de execução fora de ordem que inclui quatro núcleos.

Trata-se de um processador de execução fora de ordem que “INCLUI” quatro núcleos e não diz que “POSSUI” quatro núcleos conforme o argumento apresentado. Logo incluir quatro núcleos é o suficiente para que a questão seja verdadeira independente de versões ou atualizações posteriores com inserção de maior número de núcleos.

Fonte:

- Hennessy, John. **Arquitetura de Computadores - Uma Abordagem Quantitativa**. Disponível em: Minha Biblioteca, (6th edição). Grupo GEN, 2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	34	28	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo MANZANO (2016, p.114 e 115), o Windows Update são atualizações que acontecem quando da necessidade de se colocar o sistema em uma condição maior de segurança, seja porque a Microsoft detectou uma vulnerabilidade, seja porque há a necessidade de uma adequação ao código do Windows 10 ou atualização etc. Essa atualização poderá ser feita automaticamente ou manualmente.

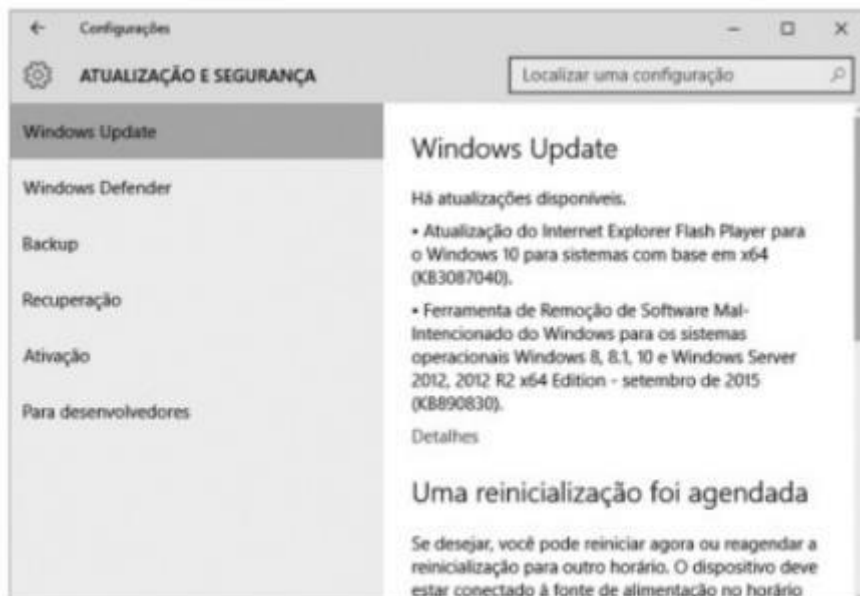


Figura 5.56 Aviso de necessidade de atualização.

Normalmente, após aplicada a atualização, é necessário reinicializar a máquina para que, após o processo de boot, elas estejam à disposição e validadas para o sistema. Caso haja alguma atualização, é interessante aplicar e reiniciar o computador.

Fonte:

- Manzano, André Luiz N. G. Estudo dirigido de Microsoft Windows 10 Home / André Luiz N. G. Manzano. – São Paulo: Érica, 2016. 144 p.: il. (Série Estudo Dirigido).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	32	35	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado apresenta um determinado funcionário, que utiliza o computador com o Sistema Operacional Windows 10, estava com problemas em sua máquina. Ao ligar o computador, a data e hora estavam desatualizadas, impedindo o acesso à internet. Não sabendo como resolver, o funcionário solicitou ao técnico em informática alguns ajustes. A pergunta estava em qual caminho o “técnico em informática” utilizou para resolver definitivamente o problema, para que o funcionário não tivesse mais dificuldades com a data e hora desatualizadas?

Existem duas situações para a questão. Em nenhuma parte do enunciado, apresenta que o computador esteja ligado. Outra questão é como o funcionário é leigo no assunto, chamou um responsável técnico em informática para resolver tal problema, o que pode ser pensando que o responsável, sabe da necessidade de desligar o computador antes de qualquer procedimento dentro dele. E a única questão que apresenta uma solução mais definitiva para o problema é a letra D - Abrir o computador → Trocar a bateria da placa-mãe → Reiniciar o computador → Ir em Setup → StandardCMOS Features → Fazer alteração de data e hora → Salvar → Inicializar o computador.

A CMOS é um circuito integrado de baixíssimo consumo de energia, onde ficam armazenadas as informações do sistema, as quais podem ser modificadas pelo programa SETUP. Estes dados são necessários na montagem do microcomputador, refletindo a configuração do hardware (tipo de HD, números e tipo de drivers, data e hora, configurações gerais, velocidade de memória, etc.), permanecendo armazenados na CMOS e mantidos através da bateria interna.

Para que as configurações que gravamos na CMOS não sejam perdidas, os computadores possuem uma pequena bateria na placa-mãe que fica alimentando constantemente a CMOS e também o relógio do micro. Dessa forma não precisamos, toda vez que ligamos a máquina, reconfigurar todo o SETUP. Essas baterias podem ser de três tipos, porém o mais utilizado é a bateria de lítio.

Fontes:

- Cunha, Judson Michael Arquitetura de computadores / Judson Michael Cunha e Danton
- Cavalcanti Franco Junior. Indaial: Uniasselvi, 2012.
- O que acontece se eu tirar a bateria da placa-mãe? Disponível em: <https://www.hardware.com.br/artigos/o-que-acontece-tirar-a-bateria-da-placa-mae/> Acesso em: 01 de set. 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	33	32	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com HILL e BACON (2008, p.57), se o comprometimento filosófico do Ubuntu descreve o porquê do projeto, o Código de Conduta (CdC) descreve como. O Código de Conduta do Ubuntu é, sem dúvida, o documento mais importante no dia-a-dia dos membros da comunidade e define as normas para o trabalho em equipe e cooperação no projeto. Concordar explicitamente com os termos é o único critério exigido para ser oficialmente reconhecido como um ativista do Ubuntu (um Ubuntero) e é uma etapa essencial para se tornar um membro do projeto.

O CdC, cobre o “comportamento de um indivíduo como **membro da Comunidade Ubuntu** em qualquer fórum, lista de discussão, wiki, website, canal IRC, install-fest, encontro público ou correspondência privada.” O CdC cobre uma série de pontos dentro dos seguintes tópicos:

- Considere.
- Respeite.
- Colabore.
- Quando discordar, consulte os outros.
- Quando estiver incerto, peça ajuda.
- Se demita com consideração

Assinatura do Código de Conduta (CdC), é essencial para garantir a ordem e a boa convivência dentro da comunidade. Claro, o simples fato de assinar o Código de Conduta não o torna um membro da comunidade, mas sim, um Ubuntero. Para se considerar um membro, você precisa desempenhar e fazer contribuições significativas para a comunidade ou para o projeto, que são reconhecidas pelos diversos times e áreas de trabalho dentro da comunidade. HILL e BACON (2008, p.384)

Essas são especificações para membro da Comunidade Ubuntu. Com este grande número de **usuários do sistema** espalhados por todo o Brasil, é natural querer ser identificado como parte desta vibrante comunidade e, para isto, foi criado o Mapa Ubunteros no Brasil que visa a registrar e a identificar, em um mapa, a localização e a divisão dos usuários brasileiros do Ubuntu. Qualquer um pode adicionar-se ao mapa; para isto, basta inserir suas coordenadas geográficas, seguidas do seu nome e cidade. HILL e BACON (2008, p.385)

Por isso a alternativa A (I e II estão corretas) é a alternativa correta da questão.

Fonte:

- Hill, Benjamin, M. e Jono Bacon. **O Livro Oficial do Ubuntu**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	39	36	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda funcionalidade dos diferentes navegadores. No Firefox, o modo de navegação privativa NÃO salva as informações de navegação, como senhas, cookies e histórico, não permitindo reconstruir o caminho de navegação o que torna a letra A errada. O Google Chrome NÃO possui uma ferramenta integrada de captura de tela. Além disso, para sair de qualquer aba aberta em uma janela de navegação Chrome para a última aba deve-se usar o atalho CTRL + 9. O atalho CTRL + Tab é usado para mudar para a guia à direita. Por fim, O Edge fornece a funcionalidade de “retomar de onde parei”, essa funcionalidade permite carregar todas as abas abertas da seção

anterior. A configuração dessa funcionalidade pode ser feita pelo menu configuração que pode ser acessado pelo atalho Alt + F que vai abrir “configurações e mais...”. O atalho CTRL+ W é usado para fechar a guia atual. Dessa forma, as letras C e D são incorretas. No entanto, o Edge é um navegador integrado à plataforma Windows 10 e é executado em um ambiente sandbox, que isola programas e impede que programas maliciosos espionem seu computador.

Sendo assim, torna-se **IMPROCEDENTE** o recurso e a resposta **CORRETA é a letra B**.

Fontes:

- Mozilla, **Comparação entre o Navegador Firefox e o Microsoft Edge**. s.d. Disponível em:< <https://www.mozilla.org/pt-BR/firefox/browsers/compare/edge/>>. Acesso em 03 de Set. 2022.
- AVAST, **Principais atalhos do navegador: Chrome, Safari, Firefox e Edge**. s.d. Disponível em:< <https://www.avast.com/pt-br/c-browser-shortcuts>>. Acesso em 03 de Set. 2022.
- Microsoft, **Como salvar as abas abertas e voltar do ponto onde parou no novo Microsoft Edge**. s.d. Disponível em:< <https://answers.microsoft.com/pt-br/microsoftedge/forum/all/como-salvar-as-abas-abertas-e-voltar-do-ponto-onde/6bc0e5d9-6321-4d7f-9c7e-61d45238bb28>>. Acesso em 03 de Set. 2022.
- Microsoft, **Atalhos de teclado no Microsoft Edge**. s.d. Disponível em:< <https://support.microsoft.com/pt-br/microsoft-edge/atalhos-de-teclado-no-microsoft-edge-50d3edab-30d9-c7e4-21ce-37fe2713cfad>>. Acesso em 03 de Set. 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	41	40	37

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

A questão aborda conceitos de algoritmos e lógica de programação usando a estrutura de repetição do-while. Essa estrutura executa o programa uma vez antes de testar a condição. Considere o programa dado:

```
Inicio
var numero :inteiro;
numero = 8;
Faca
    Escreva numero;
    numero = numero +4;
Enquanto (numero < 20);
fim
```

Nesse programa é declarado uma variável numero do tipo inteiro que é inicializada com o valor 8. Ao entrar no laço o programa irá escrever o valor 8 e incrementar esse valor pela expressão: numero = numero +4 (isto é: numero = 8+4; numero vale 12) e fará enquanto número for menor que 20. Ou seja, somente até 19. Sendo assim, a saída correta do programa será 8,12 e 16 e não 8,11,14,17. Essa resposta seria válida se o incremento fosse de 3 e não de 4, ou seja, se numero = numero + 3;

Sendo assim, torna-se todos os recursos **PROCEDENTE** uma vez que a questão não tem uma resposta válida.

Fonte:

- IFF, **Apostila – Curso e Lógica de Programação**. s.d.. Disponível em:< <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/560827/2/Apostila%20-%20Curso%20de%20L%C3%B3gica%20de%20Programa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 7 de Set. 2022.

III
DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

1º de novembro de 2022
INSTITUTO CONSULPLAN